

# Anais da Assembléia

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 16 DE AGOSTO DE 1973

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

### COMISSÕES PERMANENTES

#### 3.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

### COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur  
1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima  
2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reihardt  
1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato  
2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)  
3.º SECRETÁRIO — David Federmann  
4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

#### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa  
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)  
Ivo Thomazoni — Ovídio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério — Quielise Crisostomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.).

#### SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares  
REUNIÕES — Às quartas-feiras

### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

#### TITULARES

PRESIDENTE — Ovídio Franzoni  
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)  
Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério — Francisco Escorsin

#### SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Elcy Silva Batista  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

#### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel  
VICE-PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)  
Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Arizone Araújo

#### SUPLENTE

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovídio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris M. Caldart (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Ney Rodrigues  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

#### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.  
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)  
Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

#### SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

### COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

#### TITULARES

PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)  
VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel  
Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

#### SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovídio Franzoni — Mauricio Fruet (M.D.B.) — Antonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Agildes de Oliveira Martins  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

#### TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo  
VICE-PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)  
Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovídio Franzoni

### SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo P. Lima — Mauricio Fruet (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

### COMISSÃO DE TURISMO

#### TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva  
VICE-PRESIDENTE — Mauricio Fruet (M.D.B.)  
Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

#### SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

### COMISSÃO DE FINANÇAS

#### TITULARES

PRESIDENTE — Quielise Crisostomo  
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)  
João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin — Gilberto Carvalho

#### SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima — Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)  
REUNIÕES — Às terças-feiras  
SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro

### COMISSÃO DE POLÍCIA

#### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)  
VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza  
Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

#### SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Mauricio Fruet (M.D.B.) — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

### COMISSÃO DE REDAÇÃO

#### TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho  
VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)  
Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

#### SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr. — Alvaro Dias (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Lélcio Guimarães Sotto-Maior  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

#### TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli  
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)  
João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

#### SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quielise Crisostomo — Domicio Scaramella (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

#### TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto  
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)  
Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

#### SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes — Domicio Scaramella (M.D.B.)  
Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973



### 3.<sup>a</sup> Sessão Legislativa da 7.<sup>a</sup> Legislatura Ata da 137.<sup>a</sup> Sessão (Extraordinária) Realizada em 16 de Agosto de 1973 (Quinta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Muggiati Filho e David Federmann

As 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Aguinaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antônio Beinatti — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Armando Queiroz — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domicio Scaramella — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Tomazoni — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Maurício Fruet — Ovídio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quíselo Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão e Wilson Fortes (40); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Hélio Manfrinato — João Fadel — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara — Olavo Ferreira e Xenofonte Villanueva (6).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.  
Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 40 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

**DISCUSSÃO ÚNICA** — da Proposição n.º 154-73, Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 241-70, de autoria do Dep. Pinto Dias, que autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio Estadual no Distrito de Ademar de Barros, Município de Terra Rica. Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. — Encerrada a discussão. — Em votação. — **Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para segunda-feira, dia 20, às 14,00 horas, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

**DISCUSSÃO ÚNICA** — da Proposição n.º 155-73.  
Levanta-se a Sessão.

#### DECRETOS LEGISLATIVOS:

##### DECRETO LEGISLATIVO N.º 523-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 6.148-73 de 27 de junho de 1973, deste Poder,

#### RESOLVE:

atribuir a Atilio Pereira de Lima, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, gratificação de função, correspondente ao símbolo F-5, por estar exercendo as funções de Motorista no Gabinete da Liderança do M.D.B., a partir de 1.<sup>o</sup> de março de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 2 de agosto de 1973

- a) OSWALDO SANTOS LIMA — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.<sup>o</sup> Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.<sup>o</sup> Secretário

##### DECRETO LEGISLATIVO N.º 524-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 6.148-73 de 27 de junho de 1973, deste Poder,

#### RESOLVE:

I — designar Luiz Alberto Soffiati Cassal, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Motorista no Gabinete da 2.<sup>a</sup> Secretaria, percebendo as vantagens inerentes ao cargo, a partir de 16 de julho de 1973; e,

II — autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, o funcionário acima citado, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 16 de julho de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 2 de agosto de 1973

- a) OSWALDO SANTOS LIMA — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.<sup>o</sup> Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.<sup>o</sup> Secretário

##### DECRETO LEGISLATIVO N.º 525-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 5.380-73, de 08 de junho de 1973, deste Poder,

#### RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Mauro Barbosa, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 3 de agosto de 1973

- a) OSWALDO SANTOS LIMA — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.<sup>o</sup> Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.<sup>o</sup> Secretário

##### DECRETO LEGISLATIVO N.º 526-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 5.365-73, de 08 de junho de 1973, deste Poder,

#### RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150 da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Nilva Moro, ocupante do cargo de nível PL "21", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1971 e 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 3 de agosto de 1973

- a) OSWALDO SANTOS LIMA — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.<sup>o</sup> Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.<sup>o</sup> Secretário

##### DECRETO LEGISLATIVO N.º 527-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 5.535-73, de 12 de junho de 1973, deste Poder,

#### RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Janet da Silva Santos, ocupante do cargo de nível PL "22", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 3 de agosto de 1973

- a) OSWALDO SANTOS LIMA — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.<sup>o</sup> Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.<sup>o</sup> Secretário

##### DECRETO LEGISLATIVO N.º 528-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 5.444-73, de 11 de junho de 1973, deste Poder,

#### RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174 de 16 de novembro de 1970 em favor de Ernesto Gomes Cordeiro, ocupante do cargo de nível PL "15", da Série de Classes de Escriturário, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1971 e 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 3 de agosto de 1973

- a) OSWALDO SANTOS LIMA — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.<sup>o</sup> Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.<sup>o</sup> Secretário

##### DECRETO LEGISLATIVO N.º 529-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 5.369-73, de 08 de junho de 1973, deste Poder,

#### RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Alberto Carazzai Neto ocupante do cargo isolado, de provimento efetivo, de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1971 e 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 3 de agosto de 1973

- a) OSWALDO SANTOS LIMA — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.<sup>o</sup> Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.<sup>o</sup> Secretário

##### DECRETO LEGISLATIVO N.º 530-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 5.669-73, de 14 de junho de 1973, deste Poder,

#### RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174 de 16 de novembro de 1970 em favor de Irani Carini, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Técnico de Administração, do Grupo Ocupacional de Técnica Administrativa, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 3 de agosto de 1973

- a) OSWALDO SANTOS LIMA — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.<sup>o</sup> Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.<sup>o</sup> Secretário

##### DECRETO LEGISLATIVO N.º 531-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 5.863-73, de 19 de junho de 1973, deste Poder,

#### RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Joel da Silva Natal, ocupante do cargo de nível PL "17", da Série de Classes de Motorista, do Grupo Ocupacional de Transportes, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 3 de agosto de 1973

- a) OSWALDO SANTOS LIMA — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.<sup>o</sup> Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.<sup>o</sup> Secretário

##### DECRETO LEGISLATIVO N.º 532-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 5.697-73, de 15 de junho de 1973, deste Poder,

#### RESOLVE:

I — deixar sem efeito o Decreto Legislativo n.º 75-73, de 12 de março de 1973, na parte que se refere a Miguel Jorge Nassar Neto, a partir de 13 de junho de 1973, e,

II — autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, o funcionário Loizel Ruppel Bitten-court, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente



te a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 13 de junho de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro" em 6 de agosto de 1973

- a) OSWALDO SANTOS LIMA — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 533-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 5.830-73, de 19 de junho de 1973, deste Poder,

#### RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de José Ary Nassif, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Redator do Grupo Ocupacional de Redação e Divulgação, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro" em 6 de agosto de 1973

- a) OSWALDO SANTOS LIMA — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 534-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 5.039-73, de 31-03-1973, deste Poder,

#### RESOLVE:

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248 da Lei 6174 de 16/11/1970 ao acervo de serviço público, de Luiz Carlos Molinari ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classe de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o segundo quinquênio, compreendido entre 07.01.1968 e 07.03.1972, antecipado em razão da incorporação correspondente ao primeiro quinquênio e das férias referentes aos anos de 1970 e 1971, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro" em 6 de agosto de 1973

- a) OSWALDO SANTOS LIMA — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 535-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 5.192-73, de 05 de junho de 1973, deste Poder,

#### RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 129, Inciso I, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Clovis Stadler de Souza, ocupante do cargo isolado, de provimento efetivo, de Secretário de Comissão, da Parte Suplementar, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de um (01) ano, três (03) meses e quatro (04) dias, compreendido entre 26 de julho de 1960 e 30 de outubro de 1961, em que prestou serviços ao Departamento de Rendas Internas, da Secretaria da Fazenda.

Palácio "Dezenove de Dezembro" em 6 de agosto de 1973

- a) OSWALDO SANTOS LIMA — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 536-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 4.697, de 23 de maio de 1973, deste Poder,

#### RESOLVE:

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, com fundamento no Art. 248, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de Serviço Público de Manoel Pinheiro Gangussu, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, os seguintes períodos de tempo:

I — um (01) ano, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o segundo decênio, compreendido entre 1.º de junho de 1958 e igual data de 1968; e,

II — seis (06) meses, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quinto quinquênio, compreendido entre 1.º de julho de 1968 e igual data de 1972, antecipado em razão da incorporação correspondente ao segundo decênio.

Palácio "Dezenove de Dezembro" em 6 de agosto de 1973

- a) OSWALDO SANTOS LIMA — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 537-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 5.716-73, de 15 de junho de 1973, deste Poder,

#### RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Ceníra Silveira da Costa, ocupante do cargo de nível PL "21", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro" em 6 de agosto de 1973

- a) OSWALDO SANTOS LIMA — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 538-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 5.366-73, de 08 de junho de 1973, deste Poder,

#### RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Farid Luiz Guérios, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial

cial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1971 e 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro" em 6 de agosto de 1973

- a) OSWALDO SANTOS LIMA — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 539-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 5.646-73, de 14 de junho de 1973, deste Poder,

#### RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Luimir Amorim Pereira, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro" em 6 de agosto de 1973

- a) OSWALDO SANTOS LIMA — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 540-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 5.690-73, de 14 de junho de 1973, deste Poder,

#### RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Merchid Belich Filho, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro" em 6 de agosto de 1973

- a) OSWALDO SANTOS LIMA — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 541-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 5.360-73, de 08 de junho de 1973, deste Poder,

#### RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de José Cláudio Luz, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de três (03) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1972, e quinze (15) dias relativos ao ano de 1971, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro" em 6 de agosto de 1973

- a) OSWALDO SANTOS LIMA — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 542-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 5.975-73, de 22 de junho de 1973, deste Poder,

#### RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Ricardo Saboia Khury, ocupante do cargo isolado, de provimento efetivo, de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de cinco (05) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1970, quinze (15) dias, e 1971 e 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro" em 6 de agosto de 1973

- a) OSWALDO SANTOS LIMA — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 543-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 5.643-73, de 14 de junho de 1973, deste Poder,

#### RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Carlos Douglas Bukowski, ocupante do cargo de nível PL "29", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1971 e 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro" em 6 de agosto de 1973

- a) OSWALDO SANTOS LIMA — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO N.º 544-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 5.722-73, de 15 de junho de 1973, deste Poder,

#### RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Sérgio Zaccarias, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1970, 1971 e 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro" em 6 de agosto de 1973

- a) OSWALDO SANTOS LIMA — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário



**DECRETO LEGISLATIVO N.º 545-73**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 5.882-73, de 20 de junho de 1973, deste Poder,

**R E S O L V E :**

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150 da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Antonio Cecon, ocupante do cargo de nível PL "14", da Série de Classes de Auxiliar de Plenário e Conservação, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (4) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1971 e 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 6 de agosto de 1973

a) OSWALDO SANTOS LIMA — Presidente

a) JORGE SATO — 1.º Secretário

a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 546-73**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 5.760-73, de 18 de junho de 1973, deste Poder,

**R E S O L V E :**

mandar contar para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Siomara Lopes Gomide, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Taquígrafo, do Grupo Ocupacional de Taquígrafia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (2) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 6 de agosto de 1973

a) OSWALDO SANTOS LIMA — Presidente

a) JORGE SATO — 1.º Secretário

a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 547-73**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 5.857-73, de 19 de junho de 1973, deste Poder,

**R E S O L V E :**

mandar contar para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de João Maria de Jesus Campos Araujo, ocupante do cargo de nível PL "20", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (4) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1971 e 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 6 de agosto de 1973

a) OSWALDO SANTOS LIMA — Presidente

a) JORGE SATO — 1.º Secretário

a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 548-73**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 5.782-73, de 18 de junho de 1973, deste Poder,

**R E S O L V E :**

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Edison Carlos de Oliveira, ocupante do cargo de nível PL "18", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, três (3) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1972, e de quinze dias referentes a 1970, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 7 de agosto de 1973

a) OSWALDO SANTOS LIMA — Presidente

a) JORGE SATO — 1.º Secretário

a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 549-73**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 5.861-73, de 19 de junho de 1973, deste Poder,

**R E S O L V E :**

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de José Carlos Pereira, ocupante do cargo de nível PL "21", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (4) meses correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1971 e 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 7 de agosto de 1973

a) OSWALDO SANTOS LIMA — Presidente

a) JORGE SATO — 1.º Secretário

a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 550-73**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 6.182-73, de 28 de junho de 1973, deste Poder,

**R E S O L V E :**

colocar à disposição do Poder Executivo, para prestar serviços junto ao Conselho Estadual de Educação, os funcionários Albino de Brito Freire e Paulo Henrique de Arruda Gonçalves, ambos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 7 de agosto de 1973

a) OSWALDO SANTOS LIMA — Presidente

a) JORGE SATO — 1.º Secretário

a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 551-73**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 5.715-73, de 15 de junho de 1973, deste Poder,

**R E S O L V E :**

mandar contar para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Ruth Camillo Russi, ocupante do cargo de nível PL "25", da Série de Classes de Auxiliar Técnico, Parte Suplementar, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (6) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1968, 1971 e 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 7 de agosto de 1973

a) OSWALDO SANTOS LIMA — Presidente

a) JORGE SATO — 1.º Secretário

a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 552-73**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 5.849-73, de 19 de junho de 1973, deste Poder,

**R E S O L V E :**

mandar contar para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1973, em favor de Alba Ligia Araujo e Garcia, ocupante do cargo de nível PL "27", da Série de Classes de Auxiliar Técnico, Parte Suplementar, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (4) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1971 e 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 7 de agosto de 1973

a) OSWALDO SANTOS LIMA — Presidente

a) JORGE SATO — 1.º Secretário

a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 553-73**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 5.648-73, de 14 de junho de 1973, deste Poder,

**R E S O L V E :**

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Loizel Ruppel Bittencourt, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (2) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 7 de agosto de 1973

a) OSWALDO SANTOS LIMA — Presidente

a) JORGE SATO — 1.º Secretário

a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 554-73**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 7.235-73, de 1.º de agosto de 1973, deste Poder,

**R E S O L V E :**

alterar o Orçamento Analítico da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 268-73, de 12 de abril de 1973, tendo em vista as alterações emitidas pela Diretoria Central de Orçamento sob os nos 75.179 e 180 no Demonstrativo Financeiro de Execução Orçamentária para o exercício de 1973 e a necessidade de suplementação, nos sub-elementos abaixo discriminados, os quais terão os seguintes valores:

**MATERIAL DE CONSUMO — 3.1.2.0**

02 — Artigos de Expediente, Desenho, Ensino e Educação .....	75.000
04 — Combustíveis e Lubrificantes .....	138.000
05 — Material utilizado em Oficinas, Peças de Máquinas, Viaturas de Aparelhos e Instalações .....	80.000
08 — Gêneros de Alimentação e Dieta em Geral .....	40.000
16 — Placas, Letreiros e Similares .....	2.000
17 — Material Elétrico, de Iluminação, de Rádio e de Eletrônica ..	8.000
Reserva Técnica .....	522.000

**SERVIÇOS DE TERCEIROS — 3.1.3.0**

02 — Passagens, Transporte de Pessoas e de suas bagagens .....	880.000
04 — Iluminação de Força Motriz .....	54.000
05 — Serviços de Asseio e Higiene .....	105.000
07 — Divulgação de Atos Oficiais, Serviços de Imprensa e Encadernação .....	30.000
09 — Serviços Telefônicos, Telegráficos, Radiográficos, Postais e Assinaturas de Caixas Postais .....	70.000
10 — Aluguel, Arrendamento de Imóveis, Foros e Despesas de condomínio .....	60.000
16 — Outros Serviços Contratuais .....	28.000
Reserva Técnica .....	143.000

**ENCARGOS DIVERSOS — 3.1.4.0**

01 — Despesas de Pronto Pagamento .....	80.000
07 — Seleção e Aperfeiçoamento de Pessoal .....	5.000

**EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES — 4.1.3.0**

04 — Automóveis, Autocaminhões e Outros Veículos de tração Mecânica .....	200.000
Reserva Técnica .....	550.000

**AUXÍLIO PARA OBRAS PÚBLICAS — 4.3.3.0**

a — Departamento de Edificações e Obras Especiais — DEOE .... 3.200.000

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 7 de agosto de 1973

a) OSWALDO SANTOS LIMA — Presidente

a) JORGE SATO — 1.º Secretário

a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 555-73**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 7.235-73, de 1.º de agosto de 1973, deste Poder,

**R E S O L V E :**

deixar sem efeito os créditos abertos pelo item I do Art. 2.º do Decreto Legislativo n.º 114 de 14 de março de 1973, ressalvando os já autorizados.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 7 de agosto de 1973

a) OSWALDO SANTOS LIMA — Presidente

a) JORGE SATO — 1.º Secretário

a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário



**DECRETO LEGISLATIVO N.º 556-73**

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 6.878-73, de 20 de julho de 1973, deste Poder,

**R E S O L V E :**

exonerar a pedido, o funcionário Divonsir Arthur Gusso, ocupante do cargo de nível PL "27", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, a partir de 18 de julho de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 7 de agosto de 1973

- a) OSWALDO SANTOS LIMA — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 557-73**

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 7.062-73, de 27 de julho de 1973, deste Poder.

**R E S O L V E :**

exonerar a pedido, a funcionária Nair Maia, ocupante do cargo de nível PL "16", da Série de Classes de Auxiliar de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, a partir de 1.º de agosto de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 7 de agosto de 1973

- a) OSWALDO SANTOS LIMA — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 558-73**

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 4.993-73, de 31 de maio de 1973, deste Poder,

**R E S O L V E :**

conceder a Myrian Correia Montanha Teixeira, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Taquígrafo, do Grupo Ocupacional de Taquígrafia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (5%), sobre os seus vencimentos, perfazendo um total de vinte e cinco por cento (25%), a partir de 31 de janeiro de 1973, data em que completou vinte e cinco (25) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 70, Inciso I, da Constituição Estadual.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de agosto de 1973

- a) OSWALDO SANTOS LIMA — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

**3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura**

**Ata da 138ª Sessão Ordinária**

**Realizada em 16 de Agosto de 1973**

**(Quinta-Feira)**

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Jorge Sato e Muggiati Filho.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Santos Lima, Odilon Reinhardt, Jorge Sato, Muggiati Filho, David Federmann, Aginaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belirati, Antônio Costa, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Domicio Scaramella, Emilio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Igo Losso, Iris Caldart, Ivo Tomazoni, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Luiz Roberto Soares, Mauricio Fruet, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Quielise Crisóstomo, Rosário Pitelli, Sebastião Rodrigues Júnior, Wilson Brandão e Wilson Fortes (40); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Hélio Manfrinato, João Fadel, Marciano Baraniuk, Nelson Buffara, Olavo Ferreira e Xenofonte Villanueva (6).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **S E S S Ã O**.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETARIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência tem a grata satisfação de anunciar a presença no Plenário dos alunos do Grupo Escolar General Osório, da cidade de Ponta Grossa, que vêm acompanhados das Exmas. Professoras Aracy Tavares e Orly Guatacazes. Esta Presidência deseja formular seus votos de felicidades e, de que se sintam como se estivessem nas suas próprias casas aqui neste Poder Legislativo, com os órgãos que representam a vontade popular e o anseio do povo paranaense.

O SR. IVO TOMAZONI — (Pela ordem). Sr. Presidente.

Encontra-se no recinto da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, o Dr. José Ivo Alves da Rocha, 3.º Suplente da Bancada da ARENA, convocado para assumir a Cadeira vaga com a licença do Sr. Deputado Cândido Martins de Oliveira. Solicito de V. Exa. que designe uma comissão de Srs. Deputados, para acompanhá-lo ao Plenário, a fim de que, cumprindo o que determina a Constituição do Estado, e o nosso Regimento Interno, preste compromisso S. Exa., do cargo que sabemos, com muito destaque haverá de exercer. Era a questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa, deferiu a questão de ordem levantada pelo Nobre Deputado Ivo Tomazoni, e designa uma comissão integrada pelos Srs. Deputados Mauricio Fruet, Sebastião Rodrigues Júnior, Armando Queiroz, Ivo Tomazoni e Fabiano Braga Côrtes, para introduzirem o Deputado Ivo Rocha, até à mesa a fim de prestar compromisso de posse.

(O Deputado Ivo Rocha é introduzido a Plenário).

Encontrando-se presente o Sr. Deputado Ivo Rocha, irá fazer o juramento, a fim de assumir sua cadeira de Deputado Estadual.

(O Sr. Ivo Rocha faz o juramento de posse).

Declaro empossado no cargo, o Deputado José Ivo Rocha.

O SR. 1.º SECRETARIO — procede à leitura do seguinte **EXPEDIENTE**:

**MENSAGEM**

70/73

Curitiba, 9 de agosto de 1973.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública com os Municípios de Campo Largo, Engenheiro Beltrão, Fenix, Janiópolis, Mandirituba, Palotina, Quitandinha e Santa Helena, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos referidos Municípios.

O interesse público na aprovação das medidas ora submetidas à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso nos próprios textos dos trabalhos.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JOAO MANSUR

Presidente da Assembleia Legislativa no exercício do cargo de Governador do Estado

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO**

**"CONVÊNIO"**

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Campo Largo, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação pendentes ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos vinte e três dias do mês de abril do ano de mil novecentos e setenta e três, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor General Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Carlos Jerônimo Zanlorenzi, Prefeito Municipal de Campo Largo, tendo em vista o que preceitua o artigo 117 da Constituição Estadual e o artigo 51 (Itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-2-1948) e tendo em vista a autorização governamental de 21-7-72, publicada no Diário Oficial n.º 102, resolveram, mediante às cláusulas do presente termo de convênio estipular o seguinte:

**CLAUSULA PRIMEIRA — Objeto de Convênio:**

Fixar as recíprocas obrigações que permitem melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação desses recursos.

Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção de ordem, com útil aproveitamento de dotação do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

**CLAUSULA SEGUNDA — Definições e Legislações:**

A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos entre outros, de apuração de infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação de tranquilidade pública, através de Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes.

**CLAUSULA TERCEIRA — Da Execução do Convênio:**

A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrito a área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — A Delegacia de Polícia local dos recursos materiais consubstanciados em equipamentos indispensáveis a ação contínua policial, em quantidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicações, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — a não empregar em veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município, ou quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de Campo Largo, em contra partida proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior;

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal ou de seus órgãos; ou

b) — Indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — O fornecimento de combustíveis e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos competentes locais;

II — Pneus e componentes; revisões periódicas quando cessado a garantia dos produtores;

III — Conservação e reposição de peças; consertos em geral; retificação ou substituição de motores;

IV — Manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curto e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — Utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — Conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não da Delegacia de Polícia local.

**CLAUSULA QUARTA — Da contribuição e Delegação:**



Da contribuição da Municipalidade, para efetivação deste convenio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com a Delegacia de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

#### CLÁUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia:

O presente convenio vigorará por tempo indeterminado, cessando para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

#### CLÁUSULA SEXTA — Vigência:

Este convenio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

#### CLÁUSULA SÉTIMA — Celeridade de Apoio:

Compromete-se a Municipalidade, pela autoridades signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convenio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízos a coletividade do Município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes contratantes firmam o presente convenio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 23 de abril de 1973.

MARIO CARNEIRO PORTES — Secretário de Segurança

as. ilegível — Testemunha

as. ilegível — Testemunha

### CONVÊNIO

Termo de Convenio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná através da Secretaria de Segurança Pública e a Prefeitura Municipal de Engenheiro Beltrão, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos nove dias do mês de maio do ano de mil novecentos e setenta e três, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor MARIO CARNEIRO PORTES, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor João Cavalcante de Menezes, Prefeito Municipal de Engenheiro Beltrão, tendo em vista o que preceitua o artigo 117 da Constituição Estadual e o artigo 51 (itens VIII e XI) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21.02.1948) e tendo em vista a autorização governamental de 21.07.72, publicada no Diário Oficial n.º 102, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convenio estipular o seguinte:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA — Objeto do Convênio:

Fixar as reciprocas obrigações que permitam melhor atendimento a população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção desses recursos.

Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

#### CLÁUSULA SEGUNDA — Definições e legislações:

A Polícia (Judiciário) Civil (Constituição Estadual Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1.962 tem os encargos entre outros, de apuração de infrações penais e contravenções, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes.

#### CLÁUSULA TERCEIRA — da Execução do Convênio:

A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais consubstanciados em equipamentos indispensáveis a ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através do prévio planejamento de aplicação;

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicações, móveis e utensílios científicos ou não destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — A não empregar os veículos que hajam sido objeto deste convenio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato análogo equipamento.

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal ou de seus órgãos;

b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — O fornecimento de combustíveis e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — Pneus e componentes; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtos;

III — Conservação e reposição de peças; consertos em geral; retificação ou substituição de motores;

IV — Manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — Utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — Conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

#### CLÁUSULA QUARTA — Da contribuição e Delegação:

As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convenio processar-se-ão na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com a Delegacia de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

#### CLÁUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia:

O presente convenio vigorará por tempo indeterminado cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

#### CLÁUSULA SEXTA — Vigência:

Este convenio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

#### CLÁUSULA SÉTIMA — Celeridade do Apoio:

Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convenio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízos a coletividade do Município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convenio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 09 de maio de 1973.

MARIO CARNEIRO PORTES — Secretário de Segurança

JOÃO CAVALCANTE DE MENEZES — Prefeito Municipal de Eng. Beltrão

José Maria do Nascimento — Testemunha

Eraylton Moreschi — Testemunha

Térmo de convênio que entre si fazem, a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Fênix, com a finalidade de traçar normas mútuas cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos dez dias do mês de maio do ano de mil novecentos e setenta e três no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor General Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor José Novaes Portes, Prefeito Municipal de Fênix, tendo em vista o que preceitua o Artigo 117 da Constituição Estadual e o Artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21.02.1948) e tendo em vista a autorização governamental datada de 22.07.1972, resolveram mediante as cláusulas do presente termo de convenio estipular o que adiante se segue:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA — Objeto do Convênio:

Fixar as reciprocas obrigações que permitam melhor atendimento a população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção desses recursos.

Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

#### CLÁUSULA SEGUNDA — Definições e legislações:

A Polícia (Judiciário) Civil (Constituição Estadual Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1.962 tem os encargos entre outros, de apuração de infrações penais e contravenções, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes.

#### CLÁUSULA TERCEIRA — da Execução do Convênio:

A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais consubstanciados em equipamentos indispensáveis a ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através do prévio planejamento de aplicação;

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicações, móveis e utensílios científicos ou não destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — A não empregar os veículos que hajam sido objeto deste convenio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato análogo equipamento.

— A Prefeitura Municipal de Fênix em contra partida proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convenio o compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior;

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal ou de seus órgãos;

b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — O fornecimento de combustíveis e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — Pneus e componentes; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtos;

III — Conservação e reposição de peças; consertos em geral; retificação ou substituição de motores;

IV — Manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — Utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — Conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

#### CLÁUSULA QUARTA — Da contribuição e Delegação:

As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convenio processar-se-ão na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com a Delegacia de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

#### CLÁUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia:

O presente convenio vigorará por tempo indeterminado cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

#### CLÁUSULA SEXTA — Vigência:

Este convenio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

#### CLÁUSULA SÉTIMA — Celeridade do Apoio:

Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convenio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízos a coletividade do município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes



constantes firmam o presente convenio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 10 de maio de 1973.

MARIO CARNEIRO PORTES — Secretário de Segurança Pública

JOSÉ NOVAES PORTO — Prefeito Municipal de Fênix

José Maria do Nascimento — Testemunha

Eraylton Moreschi — Testemunha

Térmo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Janiópolis com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos 19 (dezenove) dias do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e setenta e três, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor MARIO CARNEIRO PORTES, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Alfeu Teodoro de Oliveira, Prefeito Municipal de Janiópolis, tendo em vista o que preceitua o Artigo 117 da Constituição Estadual e o Artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21.02.1948) e tendo em vista a autorização governamental datada de 22.7.1972, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio estipular o que adiante se segue:

**CLAUSULA PRIMEIRA — Objetivo do Convênio:**

— Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

— Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com util aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento Capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

**CLAUSULA SEGUNDA — Definições e Legislações:**

— A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual Artigo 56, nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949, de 13 de novembro de 1962, tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos componentes.

**CLAUSULA TERCEIRA — Da Execução do Convênio:**

— A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis à ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — a não empregar os veículos que estejam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do Município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

— A Prefeitura Municipal de Janiópolis, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste Convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou

b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — pneus e complementos, revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — conservação e reposição de peças; consertos em geral, retífica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — consertos e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

**CLAUSULA QUARTA — Da Contribuição da Delegacia:**

— As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle especificados, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

**CLAUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia:**

— O presente convênio vigorará por tempo indeterminado cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

**CLAUSULA SEXTA — Vigência**

— Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação, no Diário Oficial do Estado.

**CLAUSULA SÉTIMA — Celeridade do Apoio:**

— Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do Município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convenio para que produza os efeitos legais.

Curitiba, 19 de fevereiro de 1973.

MARIO CARNEIRO PORTES — Secretário de Segurança Pública

ALFEU TEODORO DE OLIVEIRA — Prefeito Municipal de Janiópolis

José Maria do Nascimento — Testemunha

Eraylton Moreschi — Testemunha

Térmo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Mandirituba, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos 18 dias do mês de maio do ano de mil novecentos e setenta e três, no Gabinete do Secretário de Segurança, presentes o Senhor Gal. Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Alfredo Riecke Sobrinho, Prefeito Municipal de Mandirituba — Pr., tendo em vista o que preceitua o Artigo 117 da Constituição Estadual e o Artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21.02.1948) e tendo em vista a autorização governamental datada de 22.07.1972, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio estipular o que adiante se segue:

**CLAUSULA PRIMEIRA — Objetivo do Convênio:**

— Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção preservação e utilização desses recursos.

— Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com util aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

**CLAUSULA SEGUNDA — Definições e Legislações:**

— A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos componentes.

**CLAUSULA TERCEIRA — Da Execução do Convênio:**

— A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais consubstanciados em equipamentos indispensáveis à ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

— A Prefeitura Municipal de Mandirituba, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou

b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — conservação e reposição de peças; consertos em geral, retífica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

**CLAUSULA QUARTA — Da Contribuição e Delegação:**

— As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

**CLAUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia:**

— O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

**CLAUSULA SEXTA — Vigência:**

— Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

**CLAUSULA SÉTIMA — Celeridade do Apoio:**

— Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 18 de maio de 1973.

MARIO CARNEIRO PORTES — Secretário de Segurança Pública

ALFREDO RIEKE SOBRINHO — Prefeito Municipal de Mandirituba - Pr.

JOSÉ MARIA DO NASCIMENTO — Testemunha

ERAYLTON MORESCHI — Testemunha

#### PREFEITURA MUNICIPAL LE PALOTINA

Térmo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Palotina, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos vinte e três dias do mês de abril do ano de mil novecentos e setenta e três, no Gabinete do Senhor Prefeito Municipal, presentes o Senhor Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Erich Arno Müller, Prefeito Municipal de Palotina - Pr., tendo em vista o que preceitua o Artigo 117 da Constituição Estadual e o Artigo 51 (itens VII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-02-1948) e tendo em vista a autorização governamental datada de 27.7.1972, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio estipular o que adiante se segue:



# CLÁUSULA PRIMEIRA

## Objetivo do Convênio:

— Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

— Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do orçamento Municipal.

# CLÁUSULA SEGUNDA

## Definições e Legislações:

— A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual, Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9499 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes.

# CLÁUSULA TERCEIRA

## Da Execução do Convênio:

— A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica Municipal se compromete a prover:

- a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis à ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;
- b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;
- c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do Município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

— A Prefeitura Municipal de Palotina em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

- a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou
- b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — conservação e reposição de peças; consertos em geral, retífica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, materiais de limpeza e conservação;

VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

# CLÁUSULA QUARTA

## Da Contribuição e Delegação:

— As contribuições da Municipalidade para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica Municipal conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

# CLÁUSULA QUINTA

## Prazo e Denúncia:

— O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessado, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

# CLÁUSULA SEXTA

## Vigência:

— Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

# CLÁUSULA SETIMA

## Celeridade do Apoio:

— Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do Município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Palotina, em 23 de abril de 1973.

Mário Carneiro Portes — Secretário de Segurança Pública

Erich Arno Müller — Prefeito Municipal de Palotina

Bernardo Valdemar Swick — Testemunha

José Maria do Nascimento — Testemunha

# PREFEITURA MUNICIPAL DE QUITANDINHA

## TERMO DE CONVENIO

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e a Prefeitura Municipal de Quitandinha, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamento para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos trinta e um dias do mês de maio de um mil novecentos e setenta e três, no Gabinete do Secretário, presente os Senhores Gen. Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Sr. Eleutério Ricardo Andrade, Prefeito Municipal de Quitandinha, tendo em vista o que preceitua o Artigo 117 da Constituição Estadual e o Art. 51 (cinquenta e um) itens VIII e IX da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-02-1948) e tendo em vista a autorização governamental datada de 22-07-72, resolveram mediante as cláusulas do presente termo de convênio estipular o que adiante se segue:

# CLÁUSULA PRIMEIRA

## Objetivo do Convênio:

— Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

— Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do orçamento Municipal.

# CLÁUSULA SEGUNDA

## Definições e Legislações:

— A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual, Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes.

# CLÁUSULA TERCEIRA

## Da Execução do Convênio:

— A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica Municipal se compromete a prover:

- a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis à ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

- b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

- c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do Município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

— A Prefeitura Municipal de Quitandinha, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

- a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou

- b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — conservação e reposição de peças; consertos em geral, retífica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, materiais de limpeza e conservação;

VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

# CLÁUSULA QUARTA

## Da Contribuição e Delegação:

— As contribuições da Municipalidade para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica Municipal conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

# CLÁUSULA QUINTA

## Prazo e Denúncia:

— O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessado, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das partes (autoridades signatárias).

# CLÁUSULA SEXTA

## Vigência:

— Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

# CLÁUSULA SETIMA

## Celeridade do Apoio:

— Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do Município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 31 de maio de 1973.

Mário Carneiro Portes — Secretário de Segurança Pública

Eleutério Ricardo Andrade — Prefeito Municipal de Quitandinha

José M. do Nascimento — Testemunha

Eraylton Moreschi — Testemunha

# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Santa Helena, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação, tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos vinte e seis (26) dias do mês de abril do ano de hum mil novecentos e setenta e três, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o senhor Gen. Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Naudé Pedro Prates, Prefeito Municipal de Santa Helena, tendo em vista o que preceitua o Artigo 117 da Constituição Estadual e o Artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-02-1948) e tendo em vista a autorização governamental datada de 21-07-1972, resolveram mediante as cláusulas do presente termo de convênio estipular o que adiante segue:

# CLÁUSULA PRIMEIRA

## Objetivo do Convênio:

— Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

— Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio, do Orçamento Municipal.



## CLAUSULA SEGUNDA

## Definições e Legislações:

— A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual, Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos componentes.

## CLAUSULA TERCEIRA

## Da Execução do Convênio:

— A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

- a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis a ação contínua policial em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;
- b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;
- c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do Município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

— A Prefeitura Municipal de Santa Helena, em conta partida proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

- a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou
- b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — conservação e reposição de peças; consertos em geral, retífica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — conserto e preservação de material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

## CLAUSULA QUARTA

## Da Contribuição e Delegação:

— As contribuições da Municipalidade para efetivação deste convenio proeessar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia do setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

## CLAUSULA QUINTA

## Prazo e Denúncia:

— O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

## CLAUSULA SEXTA

## Vigência:

— Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

## CLAUSULA SETIMA

## Celeridade do Apoio:

— Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos elgais. Curitiba, 26 de abril de 1973.

Mário Carneiro Portes — Secretário de Segurança Pública

Naudé Pedro Prates — Prefeito Municipal de Santa Helena

(Ass. ilegível) — Testemunha

(Ass. ilegível) — Testemunha

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM

71/73

Curitiba, 9 de agosto de 1973.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que dispõe sobre o controle acionário da Companhia de Telecomunicações do Paraná — TELEPAR, e de outras providências.

A Lei n.º 4.117, de agosto de 1962, representa um marco decisivo na história do desenvolvimento das Telecomunicações no Brasil.

Com o código brasileiro de Telecomunicações, com a criação do Ministério das Comunicações e com a implantação do sistema básico de Telecomunicações pela EMBRATEL, o Governo Federal criou os instrumentos necessários para promover o desenvolvimento das Telecomunicações.

O Paraná respondeu prontamente ao chamado do progresso e desenvolvimento, implantando um moderno sistema de Telecomunicações que atende a grande parcela de sua população.

Com efeito, Senhor Presidente, os mais importantes núcleos de nosso Estado dispõem hoje das facilidades do sistema DDD, o qual, através da elevada qualidade de transmissão encurta as distâncias, aproxima as pessoas e acelera o progresso.

Não podemos permitir o arrefecimento do ritmo de nosso progresso, mormente no campo das telecomunicações.

Vencidos que foram até aqui, os diversos estágios para a implantação do nosso sistema de Telecomunicações, temos agora que partir, com a mesma firme determinação que nos tem caracterizado, para o atendimento de outras áreas de nosso Estado, expandindo e ampliando nosso atual sistema,

substituindo os equipamentos já obsoletos por outros ensejados pela moderna técnica, implantando inclusive uma moderna central de trânsito para as ligações internacionais através do nosso Tronco Oeste.

O vulto dos investimentos necessários ao atendimento das novas etapas, acrescido dos compromissos já assumidos pela TELEPAR, atinge níveis bastante elevados, quase insuportáveis para o Estado quando consideramos que outras áreas de nossa infraestrutura merecem igualmente atendimento prioritário.

Este, Senhor Presidente, é o panorama que vislumbro na área das telecomunicações. Ele, de um certo modo, se repete nas demais Unidades da Federação.

Sensível a esta situação, o Governo da República, autorizado pela lei número 5.792, de 11-07-72, criou a Telecomunicações Brasileiras S/A — TELEBRAS, cujo objetivo, entre outros, é o de, através de investimentos adequados, dar às concessionárias de serviços telefônicos o necessário apoio financeiro, técnico e administrativo que possibilite um perfeito equacionamento de atividades no campo das telecomunicações em nosso País.

Nesse sentido, a TELEBRAS tem concedido à TELEPAR, sempre que solicitada, o apoio financeiro necessário decorrente de compromissos já assumidos. Todos nós temos assistido ao formidável crescimento de nosso sistema de telecomunicações, crescimento este que colocou o Paraná em posição privilegiada no cenário nacional. Todavia, os compromissos assumidos para possibilitar tal situação, comprometem hoje, a continuidade das novas expansões.

A continuidade dessa situação, porém, nos conduz a uma condição que, face à lei que criou a TELEPAR, nos parece insustentável.

Com efeito, Senhor Presidente, o montante dos recursos já aplicados pela TELEBRAS na TELEPAR, acrescido dos novos investimentos indispensáveis, colocará a TELEBRAS, nas condições de maior acionista, suplantando o Estado do Paraná, fato este que conflita com a Lei 4.880 de 3 de julho de 1964.

Assim, o projeto de lei que ora submetemos a apreciação dessa Egregia Assembléia, tão somente objetiva conceder à TELEPAR os meios para dar continuidade aos seus planos de expansão.

Com efeito, caso o Governo do Estado do Paraná disponha de recursos e o desejo, poderá continuar mantendo, nos termos do anteprojeto de lei ora proposto, a maioria acionária da TELEPAR.

Cumpra ainda ressaltar que, com essa medida, poderá este Governo canalizar para outras áreas prioritárias como segurança, educação, saúde, saneamento, transportes, energia, etc. recursos que seriam, de outra forma, destinados à área das Telecomunicações.

Cuido ser desnecessário aduzir outros argumentos em torno do projeto cuja relevância fala por si mesma, significando um novo marco na infraestrutura desenvolvimentista do Estado no setor de Telecomunicações e em termos de integração nacional que é a tônica preponderante das diretrizes preconizadas pelos Governos da Revolução.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JOÃO MANSUR

Presidente da Assembléia Legislativa no exercício do cargo de Governador do Estado

## ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — O controle acionário da Companhia de Telecomunicações do Paraná — TELEPAR, poderá ser exercido pelo Estado, ou por entidades da Administração Federal, Estadual ou Municipal, isolada ou conjuntamente.

Art. 2.º — O Estado do Paraná far-se-á representar nas Assembléias Gerais da TELEPAR através do Secretário de Viação e Obras Públicas o qual exercerá o direito de voto praticando todos os demais atos que forem necessários à defesa dos direitos do Estado como acionista.

Art. 3.º — Ficam revogados o art. 2.º, o § 2.º do art. 3.º e o art. 4.º da Lei n.º 6.880, de 3 de julho de 1.964 e demais disposições em contrário.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação. A Comissão de Constituição e Justiça.

## MENSAGEM

72/73

Curitiba, 9 de agosto de 1973.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva introduzir alterações à Lei n.º 6.264, de 10 de janeiro de 1972, que dispõe sobre a criação do FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO TRÂNSITO — FUNRESTRAN.

A anexa cópia autêntica da Justificativa firmada pelo Secretário de Estado dos Negócios da Segurança Pública, diz, com o devido detalhe, sobre a necessidade, oportunidade e interesse público na aprovação da medida legal ora submetida a essa Augusta Assembléia Legislativa do Estado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JOÃO MANSUR

Presidente da Assembléia Legislativa no exercício do cargo de Governador do Estado

## ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Os artigos 1.º e 3.º da Lei n.º 6.264, de 10 de janeiro de 1972, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1.º — Fica criado o "FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO TRÂNSITO", com a finalidade de prover recursos para atender despesas de capital do Departamento de Trânsito, Polícia Militar do Estado do Paraná e aos Órgãos de Controle de Tráfego que a integram na Capital e no Interior."

"Art. 3.º — O Fundo de Reequipamento do Trânsito — FUNRESTRAN —, será administrado por um Conselho Diretor, composto pelo Secretário de Segurança Pública — como Presidente nato, tendo como membros o Diretor do Departamento de Trânsito — como Vice Presidente, o Comandante Geral da Polícia Militar, o Comandante do Batalhão de Controle de Tráfego da PME, o Assessor de Planejamento do DETRAN, o Assessor Jurídico do DETRAN e por um representante da Secretaria da Fazenda."

Art. 2.º — Do total dos recursos atribuídos ao FUNRESTRAN, cinquenta por cento (50%) serão destinados ao Departamento de Trânsito e cinquenta por cento (50%) à Polícia Militar do Estado e aos Órgãos de Controle de Tráfego que a integram na Capital e no Interior.

Parágrafo único — O Chefe do Poder Executivo poderá alterar, mediante Decreto, os percentuais fixados no "caput" deste artigo.

Art. 3.º — Os demais dispositivos da Lei n.º 6.264, de 10 de janeiro de



1972, não conflitantes com a presente Lei, permanecem produzindo os mesmos efeitos legais.

Art. 4.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

# ESTADO DO PARANÁ

## SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA SEGURANÇA PÚBLICA GABINETE

N.º Curitiba, de de 19  
JUSTIFICATIVAS PARA A MINUTA DE ANTE-PROJETO/LEI  
REFERÊNCIA: LEI N.º 6.264, de 10-JAN-72

### RELATIVO AO ART. 1.º DA LEI 6.264

A alteração proposta, visa permitir ao administrador maior autonomia na aplicação dos recursos vinculados do FUNRESTRAN.

A flexibilidade resultante da modificação proposta vai permitir um enfoque mais racional, pelo administrador na programação dos investimentos, pois, necessariamente, considerará, na aplicação dos recursos, outras inversões de capital, além da aquisição de equipamentos.

A inclusão da "Polícia Militar", viria proporcionar o reequipamento de Unidades executoras de um órgão da Secretaria de Segurança Pública, que, pelos Decretos Leis Federais n.º 667 e n.º 1072 e pelo Decreto Federal 66862 — R200, tem a missão de realizar o policiamento ostensivo fardado de trânsito. A Corporação possui um Batalhão de Controle de Tráfego, com área de atuação na Capital do Estado, bem como dispõe de Sub-Unidades, nos Batalhões do interior, com a finalidade de fiscalizar e orientar o trânsito, nas respectivas áreas, em coordenação com as circunscrições de trânsito.

A participação do órgão "Polícia Militar", como beneficiário do FUNRESTRAN, reflete a verdadeira situação, porquanto a instituição vem recebendo recursos deste fundo, face o estatuto no Decreto 1852, de 11 de abril de 1972.

E a Corporação, justamente, participa dos recursos destinados ao FUNDO, mercê de sua atividade no policiamento ostensivo de trânsito, na Capital e no interior do Estado, quer preventiva ou repressivamente, e sempre em estreita coordenação com o DETRAN.

### RELATIVO AO ART. 3.º DA LEI 6.264

A inserção do Comandante Geral, como membro do Conselho Diretor do FUNRESTRAN é um corolário da inclusão da Corporação como beneficiária.

### RELATIVO AO ART. 2.º DO ANTE-PROJETO PROPOSTO

A proposta visa dotar a Polícia Militar de recursos necessários ao reequipamento e outros investimentos de capital, de modo a torná-la mais eficiente.

A medida é compatível com o documento "Diagnósticos e Diretrizes e Bases de Ação do Governo" que preconiza, a curto prazo, uma política de investimento de bens de capital para os órgãos de segurança, de modo a torná-los, operacionalmente, mais produtivos.

MARIO CARNEIRO PORTES — Secretário de Estado

A Comissão de Constituição e Justiça

## MENSAGEM

73/73

Curitiba, 9 de agosto de 1973.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva doar ao Município de Rio Azul, a área de terreno que especifica, de propriedade do Estado, situada na sede do referido município.

O imóvel cuja doação foi solicitada pelo Senhor Prefeito de Rio Azul, constitui-se de uma parte da área de sete alqueires havida pelo Estado mediante escritura pública de compra e venda devidamente transcrita sob número 1.219, de 20 de setembro de 1941, no cartório competente da comarca de Rebouças.

Vale ressaltar que da área maior, foi destacada uma parte que ficará reservada para futuras edificações de Órgãos da Administração Estadual, conforme estudos procedidos pelo Departamento do Patrimônio do Estado.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JOÃO MANSUR

Presidente da Assembléia Legislativa no exercício do cargo de Governador do Estado

### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo, autorizado a doar ao município de Rio Azul, um terreno rural, com a área de 4 (quatro) alqueires aproximadamente, constituída de parte do imóvel de propriedade do Estado do Paraná, situado próximo ao Quadro Urbano da cidade de Rio Azul, adquirido conforme escritura pública de compra e venda, lavrada no livro de notas n.º 45, de fls. 163/67 do Tabelião Pedro Estival Junior, devidamente transcrito sob n.º de ordem 1.219, de 20 de setembro de 1941, da Comarca de Rebouças.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Comissão de Constituição e Justiça.

## OFÍCIOS:

Sob n.ºs 215, 217, 218, 219, 220 e 221-73, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei n.ºs:

80-73: Oriundo de Mensagem Governamental sob o n.º 46-73, que objetiva fixar em Cr\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos cruzeiros), mensais, os vencimentos dos Cargos em Comissão de Secretários de Estado, Chefe das Casas Civil e Militar do Gabinete do Governador e de Procurador Geral do Estado, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.433. — Agradeça-se.

10-73: Do Senhor Deputado Gilberto Carvalho que declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede na cidade e foro de Cambira, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.434. — Agradeça-se.

1-73: Do Senhor Deputado Igo Losso que declara de utilidade pública a Convenção Batista Paranaense com sede nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.435. — Agradeça-se.

27-73: Do Senhor Deputado Olavo Ferreira que declara de utilidade pública, o "Instituto Cultural Filadélfia, da cidade de Londrina, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.436. — Agradeça-se.

49-73: Do Senhor Deputado Erondy Silvério que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Médico-Escritor Antonio Salomão, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.437. — Agradeça-se.

25-73: Oriundo de Mensagem Governamental, sob o n.º 15-73, que autoriza a alienar bens imóveis, equipamentos e instalações constantes da Usina Hidrelétrica de Marechal Mallet, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.438. — Agradeça-se.

32-73: Do Senhor Deputado Cândido Manuel Martins de Oliveira que declara de utilidade pública, a "Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná", FUFEP do Paraná, com sede nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.443. — Agradeça-se.

41-73: Do Senhor Deputado Maurício Fruet que autoriza o Poder Executivo declarar de utilidade pública a Associação das Senhoras Rotarianas de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.444. — Agradeça-se.

33-73: Do Senhor Deputado Erondy Silvério que declara de utilidade pública, o Centro de Fraternidade Universal Mistérios da Vida, de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.445. — Agradeça-se.

70-73: Do Senhor Deputado Olavo Ferreira e outros que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Doutor Walter Peracchi Barcellos, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.446. — Agradeça-se.

24-73: Oriundo de Mensagem Governamental n.º 21-73, que objetiva criar os cargos em Comissão que especifica, com lotação na Escola Polivalente de Curitiba, de 1.º grau, da rede estadual de ensino, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.439. — Agradeça-se.

83-73: Do Senhor Deputado Olavo Ferreira que declara de utilidade pública, a "Associação do Bem Estar do Tuberculoso", com sede na cidade de Londrina, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.440. — Agradeça-se.

172-72: Do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes que declara de utilidade pública, a Associação de Músico Terapista do Paraná, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.442. — Agradeça-se.

31-73: Do Senhor Deputado Nelson Buffara que declara de utilidade pública, a Associação Centro de Movimento Social de Bateias, com sede e foro no Distrito de Bateias, Município de Campo Largo, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.441. — Agradeça-se.

## REQUERIMENTOS:

### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais requer, ouvido o Plenário da Casa, dispensa de aplicação da Redação Final aos Projetos de Lei n.ºs 107-73 e 113-73.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1973.

(a) Borsari Neto

### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais requer a inserção na Ata dos trabalhos de hoje de um voto de pesar pelo falecimento, nesta Capital, do prestante cidadão, Senhor João Pimpão Ferreira.

Sala das Sessões, em 15 de agosto de 1973.

(a) Arthur de Souza

### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, ouvido o Plenário, requer:

A inserção em Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de um voto de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Rachid Pacifico Fatuch. O extinto era viúvo da saudosa Sra. Maria Fatuch e deixa os seguintes filhos: André, casado com a Sra. Lélia; Odete Fatuch Santos, viúva; e Dr. Omar, casado com a Sra. Marly.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1973.

(a) Fuad Nacli

### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, ouvido o Plenário, requer:

A inserção em Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de um voto de profundo pesar, pelo falecimento da viúva Dona Rosa Chamon Abujamra, ocorrido ontem, em Valparaíso, Estado de São Paulo. A extinta deixa os seguintes filhos: Julieta Andraus; Odete, casada com o Sr. Peres Asseis; Dr. João Abujamra, casado com Dona Aurea Abujamra e Dr. Alberto Abujamra, casado com Dona Jacira Mauad Abujamra.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1973.

(a) Fuad Nacli

### Requerimento

Senhor Presidente:

Requeiro, regimentalmente, a consignação na Ata dos trabalhos de voto de pesar pelo falecimento do jornalista e radialista Osni Silveira, ocorrido hoje, em virtude de acidente automobilístico.

Inteligente, dinâmico e atuante, o lamentado fato se constitui em perda irreparável ao nosso povo.



Outrossim, aprovado o presente, dê-se ciência, da decisão da Casa, à família enlutada.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1973.

(a) Maurício Fruet

#### Requerimento

Senhor Presidente:

Requeiro a Mesa, ouvida a Casa, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do prestante cidadão José Bientine, ocorrido no dia 13 do corrente em nossa Capital.

O Sr. José Bientine foi sempre uma pessoa que gozou da mais alta estima por parte dos curitibanos, devido a sua bondade e prestatividade.

Ao desaparecer, deixou irmãos, filhos e netos.

Requeiro outrossim, uma vez aprovado o presente, dê-se ciência da homenagem da Assembléia a família do falecido.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1973.

(a) Igo Iwant Losso

#### Requerimento

Senhor Presidente:

Requeiro à Mesa, ouvida a Casa, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de congratulações aos Srs. Deputados Roberto Galvani, Luiz Losso e Mario Braga Ramos, pela posse dos mesmos na Câmara Federal.

Os homenageados são bastante conhecidos nos meios políticos e sociais de nosso Estado, com longa folha de serviços prestados ao povo paranaense. Como Deputados Federais tenho certeza que haverão de realizar ainda muito mais em prol de nosso Estado.

Dai, a nossa satisfação pelo auspicioso fato, que desejamos fique registrado nos Anais desta Assembléia.

Requeiro outrossim, uma vez aprovada a presente proposição, comuniquem-se à Câmara Federal e aos homenageados a decisão da Casa.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1973.

(a) Gabriel Manoel

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente de congratulações ao Governo do Estado e, especialmente, à Secretaria dos Transportes, pela conclusão das obras de pavimentação asfáltica do trecho Londrina-Charles Nauffal, o qual foi aberto ao tráfego, embora não tenha sido inaugurado oficialmente.

Outrossim, requer que se dirija apelo àquelas autoridades, no sentido de que o ato de inauguração do mesmo, seja realizado no trevo de Sertãoópolis, tendo em vista que naquele local foram assentados os contratos de serviços da referida obra, constituindo-se portanto, o lugar histórico que permitiu a concretização da medida.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1973.

(a) Borsari Neto

#### Requerimento

Senhor Presidente:

Os Deputados que este subscrevem, requerem regimentalmente, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de Hoje, de voto de regozijo à atuação do Doutor Aron Galperin, pelo seu desempenho à frente do Departamento Médico do Instituto de Previdência do Estado do Paraná.

Outrossim, aprovado o presente dê-se ciência da decisão da Casa ao homenageado.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1973.

(aa) — Jorge Sato — Maurício Fruet.

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja consignado em Ata um voto de regozijo pelo sucesso alcançado pela União dos Gakusseis de Curitiba, quando da realização da XVI Caravana Científico-Cultura, na cidade de Bandeirantes.

Aquela entidade, composta de estudantes dos mais variados cursos, deslocou-se à cidade de Bandeirantes e lá prestou relevantes serviços à comunidade, uma vez que, gratuitamente, efetuou 3.952 exames parasitológicos, aplicou 17.798 doses de vacinas, anti-varíola anti-tetânica anti-sarampo e vacina dupla e além disso efetuou mais de 600 exames odontológicos, cirurgias, curativos de emergência e extrações dentárias.

Outrossim, aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa, àquela entidade.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1973.

(a) — Jorge Sato.

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, depois de ouvido o Plenário, a inserção em Ata dos trabalhos de hoje, de um voto de aplausos e congratulações ao jornalista Carlos Danilo Cortes, pela sua excelente atuação no cargo de Chefe de Gabinete da Secretaria do Trabalho e Assistência Social, funções essas que exerceu com probidade e eficiência, durante longo tempo e que resta data se afasta do referido cargo, voltando a exercer em sua plenitude as funções de Editor Político do "Diário do Paraná" e credenciado junto a esta Casa.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1973.

(a) — Leopoldo Jacomel

#### JUSTIFICATIVA:

O jornalista Carlos Danilo Cortes, durante vários anos, emprestou o brilho de sua dedicação e inteligência naquele alto cargo, desempenhando as suas funções com consciência e extremo zelo, relacinado um trabalho de grande envergadura em favor da dinamização daquela Secretaria, hoje sem dúvida nenhuma, uma das mais importantes da Administração estadual, principalmente, pelos difíceis problemas que tem a seu cargo. Cumpre destacar, de forma particular, o excelente atendimento que o jornalista Carlos Danilo Cortes, sempre dispensou à classe política, isto é, aos Deputados Federais e Estaduais em suas reivindicações em favor da população interiorana.

Queremos com este Requerimento, deixar patenteado, o nosso reconhecimento ao referido jornalista, que sempre nos atendeu eficiente e cavalheirescamente.

#### Requerimento

Senhor Presidente

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições e, na qualidade de Presidente da Comissão de Política, Rquer após consultado o Plenário, seja formada uma Comissão de 2 (dois) Deputados para verificar as causas que tem provocado uma violenta onda de assaltos e até crimes na cidade de Londrina.

A população daquela cidade está vivendo num clima de grande apreensão, e intranquilidade com os sucessivos assaltos e assassinatos que tomaram conta da cidade.

Os pais já começam a ter receio, inclusive de permitir que seus filhos estudem à noite ou mesmo voltem tarde do trabalho.

A polícia de Londrina mostra-se impotente para banir os marginais que infestam a cidade.

É necessário que uma representação parlamentar se desloque até Londrina, onde verificaria pessoalmente se a polícia local está ou não aparelhada para uma ação rigorosa visando devolver ao povo a tranqüilidade perdida. Esta Comissão terá a oportunidade de constatar, também, até que ponto chega o empenho das autoridades policiais daquela cidade no combate e repressão aos marginais.

Sala das Sessões, 16 de agosto de 1973.

(a) — Antonio Belinati

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, requer a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, composta de 5 (cinco) membros, para averiguar denúncia dos moradores da área em litígio entre São Paulo e Paraná, pelo prazo de 60 (sessenta) dias.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1973.

(a) — João Mansur

#### PROJETOS DE LEI:

Projeto de Lei n.º 174-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a declarar de utilidade pública, a Associação das Senhoras Rotarianas de Fóz do Iguaçu.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 1973.

(a) — João Mansur

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação das Senhoras Rotarianas de Foz do Iguaçu, fundada em data de 07 de julho de 1970, com sede na cidade acima mencionada, já reconhecida como de utilidade pública, presta relevantes serviços à coletividade, contribuindo no esforço comum para o desenvolvimento do Município.

Desfruta de elevado conceito, meritariamente conquistado, através de inegável eficiência dos métodos adotados pelas Senhoras dos Rotarianos com atividades na referida Associação, cuja declaração de utilidade pública, representará, em justa homenagem, o idealismo e dedicação da luta em prol da comunidade (anexo cópia da Lei Municipal n.º 744 e Declaração).

Projeto de Lei n.º 175-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica denominada "Usina Hidrelétrica Engenheiro Hiram Rolim Lamas", a atual Usina Hidrelétrica Capivari Cachoeira.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1973.

(a) — Borsari Netto.

#### JUSTIFICATIVA:

O Engenheiro Hiram Rolim Lamas, recentemente falecido, ingressou na Companhia Paranaense de Energia Elétrica — COPEL, como engenheiro civil, em 1.º de novembro de 1955, no Departamento de Engenharia, em seguida, ocupou a Chefia do Departamento de Engenharia da referida Empresa quando foram incorporados e organizados os serviços de operação dos sistemas estaduais e realizados os primeiros anteprojetos sobre os aproveitamentos de Capivari-Cachoeira, rios Iguaçu e Tibagi (1956-1960). Da mesma forma, elaborou a viabilidade técnica e financeira do projeto. Posteriormente, foi eleito Diretor Técnico da Companhia Paranaense de Energia Elétrica — COPEL (1961-1962).

Foi encarregado, como Diretor, dos empréstimos externos e do planejamento da COPEL, tendo elaborado o Plano de Eletrificação em 1963.

Eleito Diretor Superintendente da Central Elétrica Capivari-Cachoeira S.A. ELEROCAP, desde a sua constituição até a conclusão da obra quando deu-se a incorporação à Companhia Paranaense de Energia Elétrica — COPEL — dezembro de 1963 — dezembro de 1970. Com sua imensa folha de serviços prestados à mencionada Empresa, entendemos justa a homenagem que pretendemos prestar ao Engenheiro Hiram Rolim Lamas, pelo que contamos com o apoio dos Nobres Pares, para posterior trâmite regimental.

Projeto de Lei n.º 176-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Francisco Beltrão, os lotes de n.º 01 a 06, da quadra n.º 176, e lote n.º 64 da quadra n.º 181, localizados na sede do mesmo Município e pertencentes à Polícia Militar do Estado.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1973.

Sebastião Rodrigues Jr.

#### JUSTIFICATIVA

Os lotes que com o presente Plano de Lei queremos doar ao Município de Francisco Beltrão lhe pertenciam anteriormente.

Ocorre que em 1971 a Prefeitura de Francisco Beltrão, através da lei municipal n.º 381-71, fez doação dos referidos lotes à Polícia Militar do Estado, para que neles fosse construído um quartel e outras dependências para alojar o destacamento policial local. A Polícia Militar até agora não tomou nenhuma iniciativa nesse sentido, o que prova o seu desinteresse pela obra.

Assim sendo, nada mais justo que se devolvam ao Município os lotes em questão, pois deste modo a Prefeitura poderá dar-lhes outra destinação.



O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Deputado Maurício Fruet.

O SR. MAURICIO FRUET — Sr. Presidente, srs. Deputados. Em nome da Bancada do MDB, queremos externar, neste instante, as nossas mais efusivas saudações ao companheiro, ao colega Ivo Rocha que, há poucos minutos cumprindo determinação constitucional, jurou defender nesta Assembleia Legislativa os mais elevados interesses do Estado do Paraná.

Queira aceitar, nobre Deputado, os cumprimentos da Bancada do MDB e temos certeza de que V. Exa. saberá se conduzir nesta Casa defendendo os mais elevados interesses do povo paranaense que o elegeu, com expressiva votação, para ocupar uma cadeira no Legislativo.

Aceite, portanto, nossos cumprimentos e pode estar certo de que o MDB estará sempre ao seu lado no instante em que V. Exa. estiver cumprindo os juramentos que, temos certeza, observará durante sua trajetória por esta Casa.

Queremos render nossas homenagens aos estudantes de Ponta Grossa que vem ao Plenário desta Assembleia, hoje conhecer seu funcionamento. Esperamos que vocês, jovens estudantes, levem para Ponta Grossa uma imagem positiva deste Poder que realmente defende os interesses do Paraná. Aceitem, portanto, jovens estudantes, nossas saudações.

Sr. Presidente, muitas vezes um Governador de Estado no exercício das mais elevadas funções no Executivo paranaense, por má informação, acaba praticando um ato que não vem de encontro aos interesses do Estado.

A Assembleia Legislativa do Paraná aprovou, em sua penúltima Sessão, um voto de regozijo à conduta do eminente Presidente desta Casa, Deputado João Mansur, quando no exercício do Poder Executivo. Foi com satisfação que votamos favoravelmente àquela medida porque conhecemos o trabalho, o dinamismo de João Mansur que se refletiu em sua permanência à frente do mais alto cargo do Executivo paranaense.

Porém, S. Exa. mal informado, concedeu autorização para que se demolisse em Curitiba um prédio que estava tombado ao patrimônio histórico de nossa terra, prédio este que refletia os princípios arquitetônicos do Século XIX trazidos por imigrantes italianos, austríacos, alemães, enfim, imigrantes que transformaram a fisionomia urbana em Curitiba. S. Exa. como Governador do Estado, autorizou o levantamento do tombamento do referido prédio, tendo em vista informações prestadas que, infelizmente, não coincidem com a realidade. A nosso ver a demolição do referido prédio se constitui num verdadeiro crime à tradição à cultura do povo paranaense.

Por esta razão encaminhamos à Mesa um Requerimento fundamentado nos seguintes termos: (Lê):

"Senhor Presidente:

Considerando:

1 — a denúncia publicada na edição de hoje no jornal "O Estado do Paraná", em que se comprova a destruição de residência situada na esquina das Ruas Mateus Leme com Inácio Lustosa, cuja obra é o melhor exemplo de arquitetura do século XIX deixada pelos imigrantes que transformaram Curitiba urbanisticamente;

2 — que até recentemente a histórica casa estava tombada ao patrimônio histórico e artístico do Paraná que pretendia transformar o local em um museu de etnias, que contasse a história da grande emigração havida no Paraná, na época, em um centro de cultura;

3 — que, consumada a demolição estará se praticando um crime irreversível, as mais inteligentes manifestações de cultura de nosso povo.

Requeiro à Mesa, regimentalmente, o envio de expediente urgente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado solicitando a Sua Excelência, que se digne determinar, imediatamente a cassação da medida que determinou o levantamento do tombamento do histórico prédio, sustentando-se, assim a crime de demolição.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1973.

(a) — Maurício Fruet".

Se isso, porventura, estivesse ocorrendo em um país da Europa, onde se dá muita importância à cultura, temos certeza que a opinião pública receberia a notícia como autêntico crime. Por outro lado, temos a certeza e afirmamos que culpa alguma cabe, culpa alguma ao Sr. Presidente desta Casa, porém acreditamos que é ainda tempo de se sustar essa medida.

Era só, sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Domício Scaramella.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Temos a honra de apresentar, nesta tarde, um Requerimento à Casa, que, por certo, será aprovado por todos os Srs. Deputados, e cuja leitura passaremos a fazer: (Lê):

"SUGESTÃO:

#### R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

Considerando que a Petróleo Brasileiro S/A — PETROBRAS, criada pela Lei n.º 2004 de 3 de outubro de 1953, representa o desafio brasileiro, instituída que foi, numa época onde o investimento nacional era nulo face ao capital estrangeiro;

Considerando que a visão de um eminente nacionalista permitiu a criação desta que é a empresa orgulho de todos os brasileiros;

Considerando que se constrói em nosso Estado uma Refinaria modelo adstrita à Petróleo Brasileiro S/A, que trará benefícios incontáveis ao Estado do Paraná;

Considerando que, apesar de cultuado e reconhecido como o idealizador da PETROBRAS, Getúlio Dornelles Vargas, jamais foi homenageado com seu nome em qualquer idealização governamental referente à citada empresa;

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após aprovação do Plenário, seja enviada sugestão ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Minas e Energia, no sentido de que seja dado o nome de "Presidente Getúlio Vargas" à refinaria da PETROBRAS que está sendo edificada no Município de Araucária, como uma justa maneira de se homenagear um homem que tantos benefícios deu ao nosso País, em sua longa vida pública e que no próximo dia 24 reverenciamos a sua morte.

Outrossim aprovado o presente, Requer sejam enviados expediente do mesmo, também, a sua Excelência o Senhor Presidente da República e Excelentíssimo Senhor Presidente da Petrobrás.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1973.

(a) — Domício Scaramella".

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Ivo Tomazoni.

O SR. IVO TOMAZONI — Sr. Presidente, Nobres Srs. Deputados.

Traz-me à Tribuna, nesta tarde, o objetivo único de saudar o novo parlamentar paranaense; saudar a figura extraordinária, o médico humanitário, o pioneiro e o desbravador das terras do Oeste paranaense.

Hoje, em consequência da vaga aberta com o licenciamento do Sr. Deputado Cândido Manoel Martins de Oliveira, assume uma cadeira no Poder Legislativo do Estado do Paraná, integrante que é da Bancada do meu Partido, a Aliança Renovadora Nacional, haverá de honrar a confiança dos milhares de brasileiros que residentes na região oeste do Estado do Paraná, lhe confiaram a tarefa de defender suas aspirações e lutar pela consecução das obras necessárias ao desenvolvimento mais acelerado daquela próspera região.

O Dr. Ivo Rocha, que temos a honra de conhecer de há longo tempo, traz para esta Casa a formação de um brasileiro cristão e possuidor de um espírito de solidariedade humana, fora do comum.

Isso antecipa a perspectiva que haverá de ser um dos membros da Bancada Arenista que fortalecerá, cada vez mais, a nossa Casa de Leis, que é acima de tudo o estuário das aspirações da gente brasileiro que vive no splo paranaense.

Bemvindo Sr. Deputado Ivo Rocha, V. Exa. terá nos membros da Bancada Arenista, como também da Bancada Opcionista como já afirmou o Deputado Maurício Fruet, homens que haverão de tê-lo não somente como mais um colega, mais um irmão, um companheiro um pátrio que para aqui veio, fortalecer as demonstrações do que todos nós desejamos, de que haja continuidade nos entendimentos, para a paz social e progresso da terra e gente das araucárias.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Arthur de Souza.

O SR. ARTHUR DE SOUZA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Traz-me à Tribuna, o fato de o Paraná haver perdido um grande cidadão e os meios políticos, um militante. Queremos nesta tarde, requerer um voto de pesar, que seja inserido nos Anais desta Casa, porquanto pranteia-se o falecimento do Sr. João Pimpão Ferreira.

(Lendo): "O extinto ilustre, Senhor João Pimpão Ferreira, que esteve a maior parte de sua existência radicado na cidade de Manguierinha, teve sempre atuação destacada na política local e estadual. Chefe político, respeitado pela maneira honesta como se havia no trato dos assuntos mais diversos que interessavam à região, militou inicialmente no Partido Social Democrático, transferindo-se, depois, para o Partido Republicano e finalmente, por injunções políticas, formando no Partido Democrata Cristão.

Vereador eleito com expressiva votação, não ficou aí a sua carreira de político atuante. Em 1950 via-se elevado à condição de prefeito daquela cidade, muito devendo Manguierinha à gestão profícua que então desempenhou. Mais tarde seu nome foi indicado para concorrer a uma cadeira de Deputado Estadual e a votação quase que unânime obtida na sua cidade só não lhe garantiu a eleição, porquanto ele não se preocupou em obter apoio de cidades outras.

O Senhor João Pimpão Ferreira, era casado com a Senhora Maria Rosa Ribas Ferreira, de saudosa memória e deixa os seguintes filhos: — Dona Júlia Ferreira Araújo, viúva do Senhor Emar José Leinig, Dr. João Gravile Ferreira, casado com dona Lia Ferreira, Senhor Rutilio Ribas Ferreira, casado com dona Dulce Santos Ferreira, Dr. Oséas Ribas Ferreira, casado com dona Léa Gasanik Ferreira, dona Maria Núncia, casada com o Senhor Alceu Gasparim, Lincoln e João Pimpão Ferreira Filho.

Dois de seus filhos acompanharam seu pai nos caminhos da política: — o Senhor Rutilio Ribas Ferreira, que foi vereador em Manguierinha ao tempo em que seu genitor era prefeito, tendo sido o mais votado da Câmara. Mais tarde se transferiu para Guaraci, no Norte do Estado e ali, também, seu nome foi sufragado como vereador, quando se criou o Município de Nossa Senhora das Graças, vizinho a Guaraci, o Senhor Rutilio, com esmagadora votação foi eleito o seu primeiro prefeito. O outro, que atualmente reside nesta Capital, onde é tabelião, doutor Oséas Ribas Ferreira, também residiu no Norte do Estado e além de proprietário de importante fazenda produtora de café, exerceu com proficiência o mandato de prefeito de Santa Fé, onde foi líder político durante todo o tempo que ali residiu.

Membro de tradicional família paranaista o desaparecido, Senhor João Pimpão Ferreira, tem a sua morte pranteada em nosso Estado e a sua ausência há de se fazer sentida nos meios políticos em que militou por anos a fio".

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está finda a Hora do Pequeno Expediente. Passa-se para o Grande Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Luiz Roberto Soares.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): — "Ganhou alguma densidade política nos últimos dias, o aparente problema gerado pela tese que já recebeu a acolhida da maioria dos integrantes da Bancada da Aliança Renovadora Nacional nesta Casa. Refiro-me ao tema de duplicidade de Lideranças na órbita parlamentar.

Costa que foi, ou é, pensamento do Governo do Estado unificar as Lideranças. Desconheço a veracidade ou não desta hipótese. Não tive nenhuma comunicação oficial ou oficiosa, nem sequer através de conversações políticas generalizadas que cuidassem da delimitação deste tema. Continuo fiel ao meu pensamento anterior, isto é, considero mais conveniente aos interesses da Bancada e da própria Assembleia Legislativa a duplicidade de Liderança, considerando-a uma estratégia perfeitamente válida, capaz de conferir um clima parlamentar mais propício ao exercício do mandato político.

Acredito ser esta orientação consénea com o projeto do problema da Aliança Renovadora Nacional que preceitua "a maior autenticidade dos mandatos políticos "e estimula" a polêmica interna como forma do diálogo, admitindo-a para o aperfeiçoamento do sistema eleitoral, valendo-se das divergências a fim de conciliá-las com a predominância dos interesses coletivos", como, também, propõe ao Legislativo que expresse as diversificações sociais, que exerce a fiscalização dos atos iminentes a sua competência institucional como também a do que lhe foi conferido em norma ordinária. Como se vê do que preceitua o programa de nosso Partido, a manutenção das duas Lideranças só poderá facilitar o cumprimento do que ele propõe e ainda revitalizar este Poder. Não se tome, porém, estas considerações preliminares como uma, pré-



disposição qualquer já orientada para determinado fim. Pelo contrário, aníma-me — enquanto tiver a honra de exercer a Liderança do Partido nesta Casa — a inspiração de conviver dentro das regras de alto sentido público com a Liderança do Governo que, por feliz escolha recaiu no Nobre Deputado Ivo Tomazoni que, por todos os títulos, é merecedor de tão honrosa posição.

E aqui registro os meus agradecimentos e reconhecimento a todos os Deputados que facilitaram os entendimentos capazes de viabilizar a compatibilização de dois esquemas. Manifestamos também o nosso voto de confiança ao Governo, presidido pelo Governador Emílio Gomes, sem que isto represente, todavia, um incondicionalismo, porque incondicionais permaneceremos, enquanto o povo for bem governado e a dignidade deste Poder Legislativo for preservada.

Finalmente, incumbe-me ressaltar um fato político da maior importância para a análise do recente contosto paranaense. Refiro-me à emergência de uma nova Liderança política de nível estadual, que é a do Presidente desta Casa, Deputado João Mansur.

Que os novos analistas políticos de nosso Estado atentem para este fato quando esboçarem as suas futurologias. Este fato deve ser recebido como extremamente saudável, pois representa o fortalecimento do Poder Político. E com uma singularidade que o torna mais relevante. Esta Liderança é efetivamente autêntica, pois decorreu e ganhou substância em razão de seu personalíssimo estilo político.

Aliás, os poucos dias do Deputado João Mansur na Chefia do Poder Executivo, foram suficientes para demonstrar a capacidade do político paranaense para o exercício da função, fato que poderá contribuir para afastar os preconceitos que perduram contra os políticos e a atividade política.

Não era minha intenção, no momento, tratar de um tema alheio ao que me trouxe a esta Tribuna.

Contudo, o pronunciamento no Nobre Deputado Maurício Fruet que foi de considerações acerca de um problema que eu reputo da maior gravidade — quero me referir ao tombamento de um imóvel de Curitiba situado na esquina da rua Ignácio Lustosa com Matheus Leme — quero fazer um brevissumo histórico aos Srs. Deputados e em particular ao Nobre Deputado Maurício Fruet, para que ele possa melhor se posicionar em face dessa questão.

Há mais de dois anos, a Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná, através de uma simples comunicação, tombou um imóvel situado na esquina daquelas duas ruas curitibanas, e o fez, porque entendia tratar-se de um exemplar oitocentista de algum valor para a história arquitetônica do Paraná.

Quero lembrar aos Srs. Deputados, que a Lei n.º 1.211 de 1.953 que normatiza os tombamentos de imóveis e de obras artísticas, foi, praticamente, calçada num Decreto Federal do extinto Estado Novo quando ainda não respirava, o País, num clima democrático. O Decreto n.º 25 de 1.937 cometeu uma das maiores arbitrariedades de que se tem notícia na vida política nacional porque dava ao Poder Público poderes para realizar tombamentos, sem que isso ensejasse ao proprietário particular, nenhum direito à indenização.

O legislador de 1.953, pouco atento para o fato de à época vigiar em toda a sua plenitude a Constituição de 1.946, pura e simplesmente omitiu, nesta Lei, a garantia constitucional do direito de propriedade.

E de lá para cá, unânime e uníssima a jurisprudência judicial e administrativa no sentido de que é vedado ao poder público tombiar sem indenizar, pois era exatamente o que estava ocorrendo com relação ao referido imóvel. Afinal propôs-se que fosse feita a desapropriação do imóvel. Tramitando o processo, informou a Secretaria da Fazenda de que o Estado não dispunha de recursos próprios para aquisição ou indenização do imóvel. É evidente que em face destas duas alternativas, isto é, de permanecer um ato ilegal, inconstitucional e violentamente anti-jurídico ou cancelar o tombamento, houve por bem o Estado do Paraná através do Governador, fazer o cancelamento do tombamento, que seria a medida única, capaz de afinar com o ordenamento brasileiro. E argumentou de certa forma, argumentou e muito bem o Secretário da Fazenda, o sentido de que num país subdesenvolvido, num Estado também ainda não de todo desenvolvido, não fazem sentido os recursos para fruição de prazeres esteticistas, em prejuízo de investimentos de infraestrutura, capaz de dar melhor impulso ao desenvolvimento econômico e social do Estado. Pensamento com o qual eu afino inteiramente porque acredito que um País subdesenvolvido e um Estado que também não atingiu a plenitude de seu desenvolvimento, deve obedecer uma escala de prioridade sem o que as futuras gerações poderão pagar, um alto preço por uma medida que não é inspirada pelo bom senso e nem por esquemas mais racionais. E de se lamentar que tenha sido demolido o imóvel. Eu também acho que poderia ser preservado. Mas, lamentavelmente, as circunstâncias não permitiam porque, se não tinha o Estado recursos, para promover a desapropriação ou a indenização, não era justo que o proprietário ficasse na expectativa do Estado dispor de recursos para se ressarcir do imóvel que adquiriu com o dinheiro ganho através do seu trabalho.

O Sr. Maurício Fruet — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Inicialmente gostaria de dizer a V. Exa. que estou de pleno acordo com V. Exa. no que diz respeito à Lei que originou o tombamento de um imóvel, onde se pretendia, o Instituto do Patrimônio Histórico do Paraná, preservar a referida obra.

Ao discorrermos sobre o assunto, como V. Exa. sabe, nós não fizemos alusão ao nome do proprietário, e como tivemos já a oportunidade de afirmar a V. Exa. no Plenário anteriormente, nós de certa forma, acreditávamos que este proprietário estava realmente exaltado com a demora, do Estado em efetuar o pagamento da indenização da obra.

Porém, o que não concordo com V. Exa. é a manifestação no sentido de que o Estado não teria recursos suficientes para efetuar o pagamento desta indenização e não concordo também com a informação de S. Exa. o Sr. Secretário da Fazenda, porque na realidade é obrigação do Estado, defender o aprimoramento da cultura e da arte do povo. Aliás, uma obrigação de ordem constitucional. E o fato que V. Exa. afirma de ser o Estado...

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Desde que não seja a custa do proprietário.

O Sr. Maurício Fruet — Mas esta parte está ressaltada. O Estado não efetuou o pagamento e autorizou a demolição, que no caso não foi o Estado, mas devolveu ao proprietário um prédio que, pelas características, era único em Curitiba, cuja história estaria já incorporada às mais legítimas tradições...

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Há um pouco de exagero de V. Exa.

O Sr. Maurício Fruet — Acredito que não. Talvez o exagero seja de V. Exa. ao afirmar que o Paraná não deve dar a atenção devida à sua cultura e à sua tradição.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Não disse isto, Nobre Deputado.

O Sr. Maurício Fruet — V. Exa. afirmou da Tribuna.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Eu disse que há uma escala de prioridades e que não considero razoável e aceitável que se enfatize a fruição esteticista em prejuízo de investimentos de infra-estrutura. É diferente.

O Sr. Maurício Fruet — Ocorre que o termo esteticismo usado por V. Exa. talvez seja uma forma de V. Exa. entender a construção. Nós damos a isto outros termos — preservação de tradição cultural do povo paranaense. Por esta razão afirmo ainda mais a V. Exa. que a obrigação do Estado seria promover os recursos necessários para a preservação deste prédio.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Mas, Nobre Deputado, indago que forma jurídica teria o Estado se na rubrica própria para aquisição de imóveis o Orçamento do Estado não dispusesse de recursos.

O Sr. Maurício Fruet — Gostaria de dizer a V. Exa. que em Curitiba estaria a solução. A Prefeitura também não dispunha de recursos para a desapropriação, por exemplo, das propriedades localizadas na Praça da Ordem. No entanto o Prefeito Municipal da Capital do Estado, mediante Mensagem específica à Câmara, conseguiu a autorização em prazo pequeno. Isto poderia ser efetuado pelo Estado.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — É problema de órbita diferente. Se o Prefeito assim agiu, evidentemente o Orçamento da Prefeitura se permitia. Não parece ser o caso do Estado. Pelo menos, era a informação oficial do Secretário da Fazenda de que o Estado não dispunha de crédito especial, de recurso próprio, como realmente não dispõe. Ora, um crédito especial para aquisição poderia ser feito. Apenas ele entende, e eu também, como forma mais correta a de que não se deve canalizar, para investimento de nenhuma rentabilidade econômica, recursos, num Estado onde existem escolas em que chove dentro. Parece que é muito mais social, canalizar recursos para ampliar a rede escolar do Paraná do que manter um exemplar oitocentista, tedesco, que fazia as delícias de alguns conselheiros do patrimônio histórico. Embora jejuno na história da arte, principalmente da arte paranaense, a mim não empolgava o prédio. É possível que a V. Exa. conseguisse provocar uma sensibilidade mais aguda. Confesso que não tinha encantos pelo imóvel e não achava que justificasse desapossar, esvaziar economicamente o proprietário para a fruição de alguns poucos.

O Sr. Maurício Fruet — Acredito que o Estado tem obrigação de incentivar o desenvolvimento cultural através da Secretaria de Educação e Cultura...

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — É constitucional.

O Sr. Maurício Fruet — ... com a construção de escolas que estão faltando em todo o Estado do Paraná; acredito que é obrigação do Estado conservar nossas estradas em regiões onde estão intransitáveis; acredito ser obrigação do Estado zelar pela segurança pública, construindo locais adequados para que os prisioneiros possam cumprir suas penas; acredito seja dever do Estado construir obras de infra-estrutura, obras indispensáveis, que não atingiram sua plenitude no Estado do Paraná. Mas acredito que é dever e obrigação do Estado zelar pela cultura e arte do povo paranaense. Se assim não entendesse também o Estado do Paraná, não se estaria fazendo o que se faz, concluindo as obras do Teatro Guaíra que, na observação de V. Exa. tem também o mesmo entendimento digamos, de obra que não vinha de encontro ao problema de infraestrutura maior do Estado do Paraná. Por essa razão, lavramos nosso protesto. Ficamos satisfeito com a manifestação de V. Exa. explicando com a posição do proprietário do imóvel. Não concordamos, de forma alguma, a atitude do Sr. Secretário da Fazenda em fazer uma afirmação dessa natureza, quando se sabe perfeitamente que esta Assembleia Legislativa do Estado do Paraná jamais negou sua colaboração ao Governo do Estado, nas solicitações de empréstimos para outras obras, muitas delas não determinadas, como ocorreu no início desta legislatura. É apenas este o nosso protesto.

O Sr. Sebastião Rodrigues Júnior — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Apenas aproveitando a oportunidade, sem querer interferir no problema que V. Exa. debate com o Nobre Deputado Maurício Fruet, gostaria de registrar, neste aparte, para que constasse nos Anais da Casa, a tremenda incoerência de S. Exa. o Sr. Secretário da Fazenda, porque S. Exa. que é tão parcimonioso nos gastos — e eu não discuto a tese com referência ao prédio, não conheço o assunto direito — mas, queria que constasse que S. Exa. que tinha ascendência sobre a BADEP, e faz parte do Conselho, aprovou a compra de um edifício de 11 bilhões e meio antigos, desnecessariamente. Entendo que S. Exa. poderia ser coerente e dado voto contrário à Diretoria do BADEP que adquiriu aquele "elefante branco" da Vicente Machado.

Muito obrigado, faço apenas questão de registrar a contradição de S. Exa. o Sr. Secretário da Fazenda.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Agradeço o aparte de V. Exa., e antes que a ele me reporte, faria um breve reparo ao aparte do Nobre Deputado Maurício Fruet, a fim de que não dê a impressão que estou concorde com a afirmativa que V. Exa. faz que eu consideraria que o Teatro Guaíra é um investimento desnecessário. Na realidade são coisas distintas e diferentes. Apenas quero ressaltar um aspecto que, para mim, é de grande importância: o Estado do Paraná, para se manter na órbita da legalidade, só teria duas alternativas, ou desapropriaria e pagaria o proprietário, ou cancelaria o tombamento. Seriam as duas únicas alternativas capazes de resguardar o Estado de seu processamento jurídico. Muito bem, constatado de que o Sr. Secretário da Fazenda não considerava investimento prioritário, em razão de entender que existem outras necessidades mais urgentes e ingentes a atender, não caberia ao Governo, ou ao Governador, outra alternativa senão a segunda. Isto é, cancelar o tombamento. Acho que tudo que o Nobre Deputado Maurício Fruet disse vale, mas também considero que é obrigação do Estado preservar a cultura, cuidar da sua rede escolar, criar penitenciárias compatíveis com a dignidade humana. Lamentavelmente, vivemos num País subdesenvolvido, e como tal tem que pagar o preço. Acredito que, antes sacrificar o proprietário, cujo direito é legitimamente assegurado pela Constituição Federal e pela tradição jurídica brasileira. E entre preservar um imóvel ao qual se quer conferir um valor histórico e arquitetônico que não chega a empolgar, acredito que a segunda hipótese é mais racional.

Quanto ao problema do BADEP, confesso a V. Exa. que não tenho posição firmada sobre o assunto, inclusive, desconheço a forma pela qual foi adquirido o prédio; se o próprio BADEP adquiriu-o com seus recursos, ou se a Secretaria da Fazenda que é o maior acionista do BADEP. Mas, de qualquer maneira, fica registrado o inconformismo do Nobre Deputado Sebastião Rodrigues Júnior. Apenas para esclarecer, quero deixar claro que a demolição daquele imóvel foi um colorário natural do ornamento jurídico brasileiro, e como tal, perfeitamente ao abrigo da Lei e da Constituição.

Agradeço os apartes e a atenção dos Srs. Deputados.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).



O SR. PRESIDENTE — Tenho a honra de conceder a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado João Mansur.

O SR. JOÃO MANSUR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quando iniciamos nossas atividades na Presidência da Assembléia Legislativa do Paraná, não poderíamos deixar de manifestar nossa satisfação e alegria neste reencontro com os companheiros de representação popular. afastados que estivemos por mais de 40 dias, cumprindo preceito constitucional, em razão do falecimento do Professor Pedro Viriato Parigot de Souza e assumimos as altas funções de Governador em exercício do Estado do Paraná.

Aproveitando esta oportunidade, queremos manifestar agora de público, nesta Tribuna popular, os nossos mais sinceros agradecimentos à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através de todos os Srs. Deputados integrantes da bancada da Aliança Renovadora Nacional e da Bancada do Movimento Democrático Brasileiro, pelo apoio que emprestaram a minha pessoa, agradecimento esse extensivo à imprensa de meu Estado, aos jornais, rádios e canais de televisão, às autoridades Militares e Religiosas, ao funcionalismo público do Paraná, aos Srs. Prefeitos Municipais e Vereadores que integram os Legislativos Municipais do Estado. Enfim, ao povo de um modo geral, pois, se não fora esse apoio, esse entusiasmo e o calor que recebemos da gente do Paraná, não teríamos as condições necessárias para bem nos desincumbirmos da missão e podermos, hoje, aqui, de cabeça erguida, agradecer esse apoio recebido e dizer ao povo do Paraná que graças a Deus pudemos cumprir com nossas obrigações no desempenho das altas funções de Governador do Estado do Paraná.

Neste momento, aproveitamos a oportunidade para dizer ao Sr. Deputado Maurício Fruet que estamos de pleno acordo com o Requerimento que S. Exa. acaba de dar entrada na Mesa da Assembléia, Requerimento de apelo ao Exmo. Sr. Governador Emílio Gomes, no sentido de que S. Exa. revogue o ato do Governador do Paraná que o antecedeu, o ato que nós praticamos no exercício da governança, quando mandamos cancelar o tombamento de um edifício que está ligado à história política e cultural de nosso Estado.

Mas, segundo as declarações do Nobre Deputado Líder da ARENA nesta Casa, Deputado Luiz Roberto Soares, espelhou, realmente, a situação em que nos encontramos, da qual não fugimos e não fugiremos nunca porque todos os atos que lá praticamos são do conhecimento público. Aqueles outros que o povo não teve conhecimento iremos dar ciência através da Imprensa. Como homem que representa o povo na Assembléia Legislativa, há quase vinte anos, como Prefeito Municipal que fomos de nossa cidade, temos somente um único objetivo que é comum em todos nós, trabalhar e lutar pela tranquilidade da família paranaense e para o desenvolvimento de nosso Estado.

Todos os atos que lá praticamos foram feitos de portas abertas e com relação ao fato específico do cancelamento do tombamento, que também foi bem explicado pelo Deputado Luiz Roberto Soares, queremos aduzir, para conhecimento do Nobre Deputado Maurício Fruet, o seguinte: realmente recebemos, através dos órgãos técnicos do Governo, informações de que o Governo do Estado não tinha disponibilidade, não tinha recursos necessários para cobrir a desapropriação do referido imóvel que era da ordem trezentos mil cruzeiros, acrescidos de mais um milhão de cruzeiros para os reparos e conservação daquele mesmo imóvel.

Dissemos no início que votaremos com o Requerimento do Deputado Maurício Fruet desde que o Governo tenha as condições necessárias para ressarcir os proprietários. O que não podemos compreender e não aceitamos é que se tombe um determinado imóvel, embora esse imóvel represente muito para a história política e cultural de nosso Estado sem que se cumpra aquilo que está estabelecido em nossa própria Constituição, isto é ressarcir os proprietários dos prejuízos que porventura tenham sido cometidos através de um ato governamental. Face as informações recebidas de que o Estado não dispunha, no seu orçamento próprio, de recursos para desapropriar aquele imóvel entendemos que o único caminho cabível era revogar o tombamento e devolver aos seus legítimos proprietários e donos aquilo que foi construído com esforço, trabalho e talvez muito suor e mesmo sangue. Não conhecemos seus proprietários, não sabemos de suas condições econômicas, talvez sejam pessoas que dispõem única e exclusivamente desse imóvel. Entendemos que se o Estado quer e deseja preservar um monumento, um edifício em nome de nossa cultura é preciso que o Estado, em contraposição, cumpra com sua parte e procure ressarcir seus verdadeiros proprietários e donos.

O Sr. Maurício Fruet — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) Por ocasião, o eminente Deputado João Mansur, do encaminhamento do Requerimento, lido desta Tribuna, fizemos a ressalva de que V. Exa. no instante em que determinou a cassação, digamos assim, do tombamento do imóvel ora em discussão, V. Exa. fundamentou-se em atos e informações de ordem técnica e de ordem jurídica. Também reafirmamos, por ocasião do aparte concedido pelo Nobre Deputado Luiz Roberto Soares, que nós estávamos totalmente favoráveis as pretensões do proprietário do imóvel porque não é justo, mesmo, como bem frisou V. Exa. desta Tribuna, que o Estado, com fins de preservar a cultura e a arte do seu povo, prejudique um cidadão, no seu legítimo direito de propriedade. Quanto a isso não fazemos qualquer reparo; o que gostaríamos, isto sim, é de enaltecer a posição de V. Exa. nessa Tribuna, ao se manifestar de inteiro apoio ao Requerimento ora encaminhado, no sentido de que se fizesse chegar até o Governador atual, o ex-Deputado Emílio Gomes, a manifestação desta Casa, procurando uma reconsideração que, se possível, ao mesmo tempo que se fizesse justiça ao proprietário, também se preservasse esta obra que reputamos como da mais alta importância para a cultura do povo paranaense, da Capital do Estado.

Assim, quero mais uma vez render as nossas homenagens, porque, assim se manifestando nessa Tribuna, deu V. Exa. mais uma vez demonstração de que efetivamente é um homem democrata, é um homem que sempre alcançou seus cargos com o apoio do povo que reconheceu o seu trabalho, a sua inteligência e o seu dinamismo não só quando o elegeu Prefeito de Irati, mas principalmente quando o sufragou com expressiva votação nas últimas eleições, ao cargo de Deputado Estadual, cujas funções V. Exa. vem cumprindo com todo entusiasmo, com todo esforço.

Queremos consignar portanto a V. Exa. as nossas homenagens, as nossas homenagens, mais uma vez, à lisura e ao belíssimo comportamento de V. Exa. na condição dos destinos do Estado do Paraná.

O SR. JOÃO MANSUR — Queremos agradecer o aparte do Nobre Deputado Maurício Fruet e, mais uma vez reafirmamos que estamos de pleno acordo com o Requerimento, mantendo que, se o Estado tem condições de ressarcir os seus proprietários, não vemos porque não se cultue a arte em

favor da cultura do nosso Estado. Este edifício que fora tombado em nome do patrimônio histórico do Paraná...

O Sr. Antônio Lopes Júnior — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Ilustre Deputado João Mansur, no instante em que V. Exa. vem à Tribuna do povo pela primeira vez, depois de ter exercido o cargo de Governador do Estado do Paraná, eu quero com satisfação e com sinceridade, apresentar aqui os meus louvores a V. Exa., pela maneira prática, pela maneira democrática como exerceu o mandato de Governador, embora em pequeno espaço; mas, às vezes nos pequenos espaços é que os homens demonstram as suas qualidades, os seus valores e até os valores negativos; V. Exa. não foi Governador de Gabinete, V. Exa. não foi Governador de facções, V. Exa. soube, como poucos, ser Governador de todos os paranaenses e sou testemunha disso porque, tudo que levei ao conhecimento de V. Exa., tudo que pedimos a V. Exa., nessas oportunidades obtivemos o tratamento fácil, o atendimento fácil.

Porisso, V. Exa. exerceu o mandato, também com humildade, como deve exercer um homem que tem a vocação pública.

Por este motivo eu quero apresentar os meus parabéns a V. Exa., que soube tão bem respeitar a pessoa humana do povo paranaense.

O SR. JOÃO MANSUR — Nós queríamos nesta nossa passagem aqui pela Tribuna, agradecer todos os pronunciamentos feitos pelos Deputados todos eles muito importantes para mim, serviram de estímulo e me encorajaram a continuar nesta luta pela nossa gente e pelo nosso Estado. Mas esta manifestação que recebo agora, através do sr. Deputado Antonio Lopes Jr. tem para mim um significado mais especial, porque em se tratando de um homem da minha cidade e da minha Região de um homem que embora meu amigo politicamente meu adversário porque disputamos na mesma área lutamos na mesma Região procuramos conquistar os votos das mesmas casas, de modo que, sr. Deputado Antonio Lopes Jr. esta sua manifestação para mim é muito importante, e eu guardarei para sempre, porque parte de um homem que poderia, levado pelos seus interesses políticos, embora tenhamos sempre mantido a maior cordialidade, e a amizade que quero guardar para sempre, mas sempre nós nos degladiamos na mesma cancha. Quando V. Exa. afirma que fomos governador dos paranaenses, que atendemos também as reivindicações, eu as recebo com muita satisfação, e as guardarei juntamente com as manifestações dos demais Deputados que se fizeram ouvir nesta Casa. E isto me servirá como disse, de estímulo e encorajamento para continuar, embora fora da vida pública, mas como homem, como paranaense, lutando por este Estado e por esta gente que tanto amo e tanto quero. Realmente Deputado Antonio Lopes Júnior, atendemos lá no Palácio Iguaçu, todos aqueles que se dirigiram ao nosso gabinete, sem perguntar a sua cor partidária, sem perguntar de que região advinham. Porque entendíamos como entendemos que o homem que investe na condição de Governador do Estado, teria que deixar de lado a sua condição regionalista, esquecendo até mesmo a sua origem, para pensar na administração global do Estado como num todo. E assim, graças a Deus pudemos agir, procurando distribuir equitativamente, os recursos do nosso Estado, recursos estes que nada mais são do que o esforço o trabalho e o sacrifício da gente paranaense. De modo, que eu quero agradecer aqui as manifestações de todos os Senhores Deputados.

O sr. Arthur de Souza. — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Deputado João Mansur, juntamente com o Deputado Paulo Camargo, com o Deputado Emílio Carazzai, este Deputado que apartei V. Exa., neste momento, vem acompanhando a sua atuação há quase vinte anos nesta Casa, com excesso do Deputado Emílio Carazzai que é de uma legislatura anterior, nós três nos elegemos em 64 pela vez primeira, para mandato na Assembléia Legislativa. Conhecemos pois a fundo, o pensamento de V. Exa. e a sua atuação. E por isso mesmo, quando nesta Casa se fazia as demarques para que se escolhesse o Presidente que iria desempenhar seu mandato, quando o Governo já estava apreensivo com a saúde de seu Governador e, consequentemente o Presidente desta Casa teria que desempenhar o mandato do Executivo, todos nós sentíamos que a Casa estava tranquila pela escolha que fizera porque o espírito ponderado de V. Exa., a honestidade que sempre demonstrou, sua capacidade como político, garantindo-lhe eleição sobre eleição, tudo isto eram predicados a recomendar V. Exa. quando retorna a Casa com o dever cumprido, nós dá a certeza de que estávamos certos, porque talvez, quando o Governo Federal prestigia o Poder político e traz ao Paraná, um Deputado Federal, tenha observado a atuação de um outro Deputado no plano do Executivo. Talvez isto tenha contribuído para que hoje tenhamos um político regendo o nosso Estado. De modo que as nossas homenagens quando V. Exa. retorna de cabeça erguida a esta Casa.

O SR. JOÃO MANSUR — Agradeço o aparte do Nobre Deputado Arthur de Souza, aparte muito valioso para mim porque parte de um dos Deputados com mais anos com assento nesta Casa, um homem que sempre defendeu e defendeu intransigentemente a causa daqueles que ele tem a honra de representar no Poder Legislativo.

Confesso, nobre Deputado Arthur de Souza, que em todos os meus atos, em minha atuação na governança do Estado sempre pensava, e pensava muito na Assembléia Legislativa do Paraná. Entendia, como entendo hoje, que um fracasso meu no exercício da governança do Estado, em última análise se refletiria sobre a Assembléia Legislativa, Casa à qual pertencço.

De modo que me sinto hoje satisfeito em poder ter cumprido com minha obrigação e esta satisfação quero dividir com todos os senhores porque se não fora a colaboração prestada pela Assembléia Legislativa, pelos Deputados que integram a Bancada do Governo como a Bancada da Oposição, talvez eu não tivesse a condição de hoje estar aqui de cabeça erguida falando aos senhores e dizendo que realmente cumpro com a minha obrigação.

Agradeço a todos os Deputados e, como bem disse o Deputado Arthur de Souza, temos no Governo do Estado também um homem que saiu da classe política, um homem que por doze anos representou nosso Estado na Câmara Federal o que, em última análise não deixou de ser o reconhecimento das autoridades federais de que a classe política está, a cada dia que passa se conscientizando em seu papel. De modo que devemos todos os Deputados, integrantes das duas Bancadas, prestigiar Emílio Gomes na governança do Estado, a fim de que S. Exa. possa governar de uma maneira digna e convida que chegue ao conhecimento dos altos escalões da República, demonstrando aos homens que têm a honra de dirigir os destinos do País, que a classe política tem homens capazes de dirigir os destinos dos Executivos dos nossos Estados.

Quero fazer este apelo à Assembléia Legislativa para que todos nós, independentemente de cor partidária demos um crédito de confiança ao Governador Emílio Gomes, a este moço que saiu da classe política, que conhece e sente os dramas que vivem os homens que têm a grande responsabilidade de representar o povo aqui nesta Casa, este homem que tem sensibilidade administrativa porque conhece o Paraná, este homem que é engenheiro for-



mado e, por isso, tem a obrigação de conhecer todos nossos problemas. E, tenho certeza, que se ele contar com o apoio desta Casa e do povo paranaense haverá de fazer uma administração que marcará época e projetará nosso Estado em todo o Brasil, a fim de que a Nação sinta, através deste exemplo que o Paraná dá, que os homens que integram a classe política, tem condições para bem administrar um Estado.

**O sr. Gilbeto Carvalho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).** Nobre Deputado João Mansur, não poderia deixar de cumprimentá-lo, neste momento, em que V. Exa. retorna a esta Casa, pela brilhante atuação à frente do Executivo paranaense, quando prestou valiosa contribuição ao Estado, e, porque não dizer à classe política. A brilhante atuação de V. Exa. à frente do Governo do Estado veio demonstrar a todo o Paraná que não é uma experiência, mas sim uma realidade, a possibilidade da classe política prestar relevantes serviços ao Estado. Todos os políticos estão em contato com o povo, sabem de suas necessidades, e poderão atendê-los com mais eficiência V. Exa. valorizou a classe política do Paraná.

Cumprimento V. Exa. também em nome da parcela de povo que representa nesta Casa, pela brilhante atuação de V. Exa. à frente do Governo do Estado do Paraná.

**O SR. JOÃO MANSUR —** Agradeço a manifestação do Nobre Deputado Gilberto Carvalho e peço que transmita nossos agradecimentos aos homens de sua Região, da Região que V. Exa. tem a honra de representar, com muito brilho, nesta Casa.

Aqui, na Assembléia Legislativa, estaremos sempre às ordens, e haremos de continuar nosso trabalho para um Paraná cada vez maior e para que nosso Estado se torne aquilo que todos nós, paranaenses, desejamos: o 2.º Estado da Federação.

**O Sr. Iris Caldart — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).**

Tenho a impressão, Nobre e Ilustre Presidente desta Casa, que todos temos uma vontade imensa de oferecer aparte a V. Exa., neste momento. Isto porque, toda esta Casa — e nos juntamos com muito orgulho e satisfação — tem vontade e desejo de cantar, de vibrar, a excelência de vossa personalidade; a excelência dos vossos atos; a excelência das vossas atitudes; a excelência de vossa dignidade que é um dos grandes patrimônios desta Casa. Mas, quando V. Exa. faz um apelo para que todos os Deputados se juntem, se unam em torno da classe política que, hoje está representada no Palácio Iguaçu, queremos dizer a V. Exa. que não fugiremos ao nosso dever, a nossa obrigação, e emprestaremos toda nossa solidariedade, todo nosso apoio, a esse cidadão que está representando a classe política no Palácio Iguaçu, ressaltando, sr. Deputado, nossa condição de homem da Oposição, de homem que milita num Partido político que traduz uma filosofia na nacionalidade brasileira. Mas, estaremos sempre de pé, altaneiros em defesa da classe política e grandes causas de nosso Estado, emprestando nosso apoio e inclusive nossas críticas e as nossas reivindicações no sentido construtivo, para que emerga desse episódio político do Estado do Paraná, essa classe política com dignidade, com honra, com altaneira, para que efetivamente possamos nós, políticos construir e escrever uma das mais belas páginas de nosso querido Estado. Receba Deputado João Mansur, nosso abraço e nossa amizade fortalecida, ela que vem de 20 anos.

**JOÃO MANSUR —** Agradeço o aparte do Nobre Deputado Iris Caldart que tem grande responsabilidade nesta Casa, porque representa uma das regiões mais importantes de nosso Estado, a Região oeste do Paraná, precisamente a cidade e o Município de Cascavel, um dos mais promissores e progressistas Municípios de nosso Estado.

Agradeço, Nobre Deputado Iris Caldart, essa manifestação de que a Bancada de V. Exa. haverá de emprestar apoio ao futuro Governador do Estado, porque a Oposição nesta Casa, através das suas críticas construtivas, através das reivindicações que traz da gente que representa, levando esses fatos ao conhecimento do Governador do Estado, tudo isso é apoio, é contribuição, Sr. Deputado. De modo que é isso que esperamos que a Bancada de V. Exa. faça, contribua com o Governador do Estado, trazendo as reivindicações, trazendo as críticas construtivas, acusando tudo aquilo que não estiver certo, porque tudo isso é contribuição. Não é só aplauso, não é só palmas que se constituem em contribuição, é também crítica, é também trazendo as reivindicações dos mais longínquos Municípios do Paraná, fazendo com que o Governo se sensibilize com essas reivindicações, pois estamos colaborando com o Governo. Isso também se constitui em apoio, em trabalho, em esforço em prol do desenvolvimento do Paraná.

Deixo aqui meus agradecimentos pelo aparte de V. Exa.

**O Sr. Sebastião Rodrigues Jr. V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).**

Realça a atitude de V. Exa. no Governo do Estado do Paraná, seria quase chover no molhado. O povo paranaense inteiro aplaudiu sua passagem pelo Executivo estadual e concordou plenamente com aquilo que disse o Nobre Deputado Luiz Roberto Soares dessa Tribuna, na tarde de hoje V. Exa. sem dúvida alguma, pelas atitudes assumidas à frente do Executivo Estadual, so credencia hoje, indiscutivelmente senão como a mais expressiva, como uma das mais expressivas lideranças paranaenses. V. Exa. hoje, sem dúvida alguma, é um nome carinhosamente guardado por todos aqueles que vivem e trabalham no Estado do Paraná. É um patrimônio da classe política.

Entretanto, quanto ao apelo que V. Exa. faz do apoio da Bancada de meu Partido ao governo do sr. Emilio Gomes, também foi objeto de manifestação de Deputados da minha Bancada, de que o MDB estaria disposto a colaborar com S. Exa. Mas é preciso também que S. Exa. esteja disposto a colaborar com a Oposição, tratando como V. Exa. fez no Governo do Estado, em igualdade de condições a todos no Paraná. Um Governo que atenda os interesses de todo o Estado, não um Governo que atenda interesses de grupos. É isso que esperamos também do governo do Estado, que ele se lembre no Palácio Iguaçu como fez V. Exa., que este Estado não pertence a um pequeno grupo, que este Estado pertence a todos aqueles que vivem e trabalham.

Se ele espera certas atitudes da Bancada de Oposição, queremos também, dizer a ele que a Bancada de Oposição espera da parte dele atitudes definitivas e que explique a que veio — se foi para ser governador dos paranaenses e do Paraná ou se veio para governar em benefício de um pequeno grupo.

**O SR. JOÃO MANSUR —** Agradeço o aparte do Deputado Sebastião Rodrigues Jr. e temos certeza que, pela sua formação de homem público, o Governador Emilio Gomes haverá de dar um tratamento igual a todos os paranaenses, especialmente aos homens que têm a responsabilidade de dirigir as comunas de nosso Estado.

Não podemos entender que o Governador do Estado, com a grande responsabilidade que tem, possa querer distinguir Prefeitos desta ou daquela facção. Todos os Prefeitos têm responsabilidade a fim de que possam corres-

ponder a confiança que receberam de seus municípios e, em razão disso, têm necessidade de vir ao Governo do Estado para trazer essas reivindicações, reivindicações maiores as quais o Estado tem a obrigação de ajudar e atender.

Temos certeza de que Emilio Gomes com a sensibilidade de homem público, com o amor que dedica à causa paranaense e com o apoio que está recebendo de todos, haverá de dar um tratamento equânime a todos os que o procurarem, principalmente os Prefeitos Municipais, sejam eles da ARENA ou do MDB.

Deputado Sebastião Rodrigues, nós que, durante dois anos, tivemos uma convivência pacífica nesta Casa, em razão de termos ocupado a liderança da ARENA e do Governo nesta Casa, sempre contamos com o apoio imprescindível da Bancada de V. Exa. a fim de que pudéssemos bem desempenhar as funções de líder do Governo, pode ter certeza de que levaremos ao Governador Emilio Gomes as suas manifestações. Temos certeza de que o Nobre Governador do Estado, que assume o Governo sob as esperanças do povo paranaense, dará atendimento a todos os paranaenses, para que possa, desta maneira, contar com o apoio da Bancada dos homens que representam a Oposição aqui nesta Casa.

Mas Sr. Presidente, srs. Deputados, antes de passar para o assunto que considero muito importante para o Estado, manifestar a nossa satisfação com relação ao Deputado que assume as suas funções nesta Casa, nosso prezadíssimo amigo de tantos anos, José Ivo Rocha que vem com seu entusiasmo, com sua inteligência e com o seu amor ao Paraná prestará, tenho certeza aqui nesta Casa, relevantes serviços à causa pública e à Região que tão bem representa.

De modo que, Deputado Ivo Rocha, ceceba, em nosso nome e tenho certeza em nome da Assembléia Legislativa do Paraná, as nossas felicitações os nossos votos de felicidade. V. Exa. terá aqui, de todos o apoio incondicional a fim de que V. Exa. possa bem representar a região Oeste paranaense aqui nesta Casa, a fim de que V. Exa. possa bem se desincumbir das altas missões de representante do povo paranaense.

**O Sr. Paulo Poli — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).**

Nobre Deputado João Mansur, eu serei breve porque há dois dias passados já ocupei essa Tribuna com a finalidade específica de dizer da nossa satisfação pela passagem de V. Exa. frente ao Governo do Estado do Paraná. Seria desnecessário portanto, nobre Deputado, repetirmos tudo aquilo que a Casa está dizendo.

Gostaria apenas de registrar, nobre Deputado, não com o intuito de agradecer V. Exa. não há necessidade disso porque somos amigos, com toda sinceridade, que, nesse curto espaço de tempo que V. Exa. governou o Paraná, marcou, V. Exa. época. Senão vejamos:

Sem que vá nisto críticas a quem quer que seja, a verdade é que, Nobre Deputado João Mansur, o Paraná vivia um período de tecnocratas eram os tecnocratas, eram os técnicos que mandavam no Paraná que se davam ao luxo de não atenderem os Deputados. Então V. Exa., sem agredir a quem quer que fosse, com essa solicitude, com essa simpatia e com essa experiência que lhe são peculiares, deu a resposta necessária aqueles homens dizendo que a política também é uma técnica e que V. Exa. é um técnico em ciências políticas. Esta lição, Nobre Deputado João Mansur, marcou época no Paraná; conseguiu V. Exa. conciliar administração e os interesses políticos.

Registro, portanto numa repetição do que já disse antecorrem nesta Tribuna: — meus parabéns, meus aplausos a V. Exa. Nobre Deputado João Mansur que não reconheceu, não perguntou a nenhum Prefeito, a nenhum Vereador, a nenhum Deputado, qual a sua coloração política, sua região suas tendências todos os meus Prefeitos foram atendidos com muita fidelidade, com muita gentileza e cortesia, por V. Exa. e não somente com abraços e sorrisos políticos, mas também com atendimentos eficientes, concretos e reais.

Meus parabéns, Nobre Deputado João Mansur!

Muito obrigado.

**O SR. JOÃO MANSUR —** Agradecemos o aparte do Nobre Deputado Paulo Poli e queremos mais uma vez reafirmar, Nobre Deputado, de que estes parabéns e estes aplausos, queremos dividi-los com a Assembléia Legislativa do Paraná, com os nossos colegas de assento aqui nesta Casa.

Como dissemos de início, se alguma coisa pudemos fazer no cumprimento do nosso dever no exercício da governança do Estado, muito devemos aos srs. Deputados que muito nos estimularam e muito nos ajudaram a fim de que pudéssemos bem nos desincumbir das altas funções do Governo do Paraná.

**O Sr. Ivo Tomazoni — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).**

Deputado Presidente, sinceramente, não consideraria o dia de trabalho que hoje começou tão cedo, se não o apartasse, se não tivesse a oportunidade de cumprimentar V. Exa., não só pela maneira feliz com que V. Exa. soube se conduzir frente ao Governo do Estado nas duas diferentes oportunidades que por lá passou, mas principalmente, deputado João Mansur, para reafirmar mais uma vez que, a maioria da classe política sempre acerta.

Veja V. Exa.: — V. Exa. mereceu o voto unânime desta Casa para alcançar a posição que hoje exerce com muita honra, a de Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, e V. Exa. quando assumiu o Governo do Estado, assumiu-o na expectativa e no euforismo de todos os deputados, que torciam pela felicidade pessoal de V. Exa. e V. Exa. soube recompensar. Demonstrou ao Paraná, o quanto pode fazer à frente do Executivo Estadual, um homem feito às lutas diárias, às lides políticas, no trato com a população, no atendimento pessoal a que V. Exa. sempre se sujeitou. Receba pois, não só as congratulações deste Deputado mas, acima de tudo, as felicitações, pela maneira com que V. Exa. soube sempre atender aos Srs. Deputados, aos Srs. Prefeitos e Vereadores ou à população em geral. Tivemos a feliz oportunidade de levar de V. Exa. quando Governador do Estado ao Interior paranaense, a mensagem de fé, de esperança, no futuro deste Estado. Receba pois o cumprimento do amigo, do companheiro e do liderado de V. Exa. que sabe que no instante em que desejar haverá de conseguir a união dos Srs. Deputados em termos de bem comum. Era o aparte.

**O SR. JOÃO MANSUR —** Agradeço o aparte do nobre Deputado Ivo Tomazoni, e não poderia nesta hora deixar de cumprimentá-lo, pela escolha feita pelo Exmo. Sr. Governador do Estado para o Líder do Governo nesta Casa. Sem demérito aos demais companheiros, porque todos os Srs. Deputados que representam o povo nesta Assembléia Legislativa, teriam condições para liderar os seus Colegas. Mas a escolha recaiu num velho companheiro nosso, num homem que representa uma das regiões importantíssimas do nosso Estado, razão porque nos sentimos satisfeitos, e quero reafirmar ao nobre Deputado Ivo Tomazoni que terá de nossa parte o apoio incondicional a fim de que V. Exa. possa bem desempenhar a alta função de Líder do Governo na Assembléia Legislativa do Paraná.



Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, há alguns meses atrás, assomamos à Tribuna, para alertar o Sr. Governador do Estado sobre um assunto que diz respeito ao Paraná. Assunto que consideramos da mais alta importância porque envolve interesses de paranaenses, que estão lutando, que estão trabalhando, no afã de ajudar nossas autoridades no desenvolvimento cada vez maior do nosso Estado.

Levantei há meses atrás, a questão das divisas entre Paraná e São Paulo. Disse na oportunidade, e levei as nossas apreensões a S. Exa. o Sr. Governador Parigot de Souza, daquilo que estava ocorrendo naquela Região, limite com o Estado de São Paulo, das perseguições, da intranquilidade e até mesmo da agitação, por elementos do Estado de São Paulo contra paranaenses que lá estão trabalhando, que tem as suas glebas, as suas propriedades e as suas famílias, e S. Exa. o Sr. Governador constituiu uma Comissão de alto nível para tratar do assunto. Comissão esta que era integrada pelo Dr. Ruy Ferraz de Carvalho, Ronald Rodrigues da Costa, Coronel Clóvis Cunha Vianna, Gal. Junot Rebelo Guimarães e Lineu Ratton.

Esta Comissão, quando tive a honra de assumir o Governo no mês de março, por solicitação nossa manteve diversas reuniões com a Comissão constituída pelo Governo do Estado de São Paulo e, das conversações, concordaram as duas Comissões de que o problema da divisa Paraná - São Paulo, nesta área em litígio, deveria ser entregue ao arbítrio de S. Exa. o Presidente da República.

Neste sentido enviamos um ofício a S. Exa. o Presidente da República do teor daquelas conversações, a fim de que S. Exa., através dos órgãos competentes que seriam, no caso, o Serviço Geográfico do Exército ou o próprio INCRA, intervisse naquela área e definisse as divisas, dando aos homens que trabalham, paz e tranquilidade, para que pudessem, dando sustento às suas famílias, ajudar nosso desenvolvimento.

Decorridos oito meses, ontem recebi daquela Região, de elementos que lá se encontram, memoriais transcrevendo a agitação, as perseguições que vêm ocorrendo através de policiais do Estado de São Paulo, não respeitando a área que se encontra em litígio, não esperando a decisão do Governo Federal, a fim de definir realmente a quem pertence aquela área, se ao Paraná ou a São Paulo.

Coincidentemente no dia de hoje encontramos no jornal "Gazeta do Povo" um artigo de autoria do eminente patricio David Carneiro a quem rendo a minha homenagem neste instante pela sua coragem e pela sua dedicação à causa paranaense, artigo que me permito ler aos Senhores. Mandei tirar vinte xerox desta manifestação de David Carneiro e, através de um ofício da Assembleia Legislativa do Paraná estou encaminhando a todos os Deputados Federais que representam o Paraná na Câmara Federal, para que nos ajudem nesta questão dos limites e tragam a paz e a tranquilidade àquela gente para que possam viver dias mais tranquilos junto a seus familiares.

O artigo de David Carneiro tem o título "A questão de limites com São Paulo".

"Fálvamos na Reitoria da Universidade, em pequeno grupo, a propósito de um livrinho meu que, se não fez época, provocou certo escândalo, a História Psicológica do Paraná, quando a conversa, abordando o assunto dos complexos coletivos a que os paranaenses somos todos sujeitos, chegamos também a falar na nossa frieza a propósito de alguns assuntos coletivos. E dentro deste tema conversa foi para a momentosa questão de limites Paraná - São Paulo, questão esta que está, há algum tempo já, na mesa do Sr. Presidente da República para ser decidida e que o Paraná até hoje não encarou de frente como se não fosse assunto seu e do seu povo. Este mesmo povo, ignorando ou ignorante (não sei se o participio ou o adjetivo sejam o que mais convenha) para caracterizar as condições psíquicas de indiferença ou de inércia, deixa tudo passar. A imprensa não trata do assunto, ou trata de raspão, como se defendesse a China ou o Vietnã e não o próprio Paraná, caso procurasse mover a opinião pública, no sentido de qualquer espécie de pressionamento coletivo.

Embora não haja (possa haver) uma grande confiança no equilíbrio e no espírito de justiça do Sr. Presidente Emílio Garrastazu Médici, ficamos, no executivo alto, sem uma voz que fale pelo Paraná, enquanto São Paulo possui dois grandes apoios e duas grandes forças como elementos de assessoria, o Sr. Ministro da Justiça (que embora seja da "justiça" certamente não falaria contra seu Estado natal) e a suprema força do Governo que é o Sr. Ministro da Fazenda, que este, de maneira alguma, falaria a nosso favor (do Paraná) por maior e mais demonstrada que fosse a justiça da nossa causa, porque pode ganhar alguns milhares de quilômetros quadrados para o seu próprio Estado, de mão beijada.

Talvez eu esteja vendo o nosso assunto com olhos demasiadamente pessimistas, mas não me espantaria se o nosso vizinho do Norte, (como o nosso vizinho do Sul já o fez) conseguisse despojar-nos de área que vai da linha de cumiadas real para a linha estabelecida como limite entre os dois Estados.

Por incrível que pareça, até há poucos anos atrás, possuíamos um amigo, nascido na Alemanha, mas amigo do Paraná (em termos mais profundos do que os sete milhões da nossa população legal) o professor Reinhard Maack, e foi quem alertou o nosso Governo da situação errada, que por inércia e desídia estávamos aceitando.

Agora o Paraná (de novo) vai para a derrota, segundo tudo nos mostra, e como o ardor entre clubes de foot-ball é para as disputas internas calcadas em desportos, veremos passar silenciosamente uma questão que, nos antigos tempos, estaria empolgando a opinião pública do Paraná, o seu Executivo, o seu Legislativo e o seu Judiciário, nos termos de campanha cívica de grande porte".

De modo que, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero, nesta oportunidade cumprir este nosso patricio Dr. David Carneiro, pela coragem cívica de trazer ao conhecimento do povo paranaense, de todas nossas autoridades, a situação de inércia que se encontra o Paraná.

E trago aos Srs., um fato ainda mais grave: tivemos conhecimento de elementos do Estado de São Paulo, que transpuseram a divisa de nosso Estado e estão construindo acampamento dentro do Paraná, fora da área em litígio. Não sei porque razão a omissão de nosso Estado.

E precise que esta Casa, que os Srs. Deputados que representam o Paraná, tomem uma atitude em favor de nosso Estado. Por esse motivo, quero propor, nesta oportunidade, a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída de Deputados da Assembleia Legislativa, para verificar "in loco" se realmente as informações que recebemos são verdadeiras de que além da área litigiosa estão invadindo outras áreas de nosso Estado.

O Sr. Maurício Fruct - V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Deputado João Mansur mas uma vez tem V. Exa. nossa inteira solidariedade na manifestação que faz desta Tribuna, no sentido de que seja constituída pela Assembleia Legislativa uma Comissão Parlamentar de Inquérito, a fim de averiguar se efetivamente tem fundamento o memorial enviado, a V. Exa.,

e ao mesmo tempo fazer sentir a presença deste Poder Legislativo na defesa dos mais altos interesses do povo do Paraná. Nossos cumprimentos pela iniciativa e em nome do MDB, queremos afirmar a V. Exa. o nosso total apoio a essa medida de ordem paranaense, de ordem jurídica e, acima de tudo, fazendo valer nossos mais legítimos direitos e interesses.

O SR. JOÃO MANSUR — Agradeço a manifestação do Nobre Deputado Maurício Fruct. Tinha certeza de que a manifestação da Bancada do MDB não seria outra. Porque nossos objetivos são comuns, nossos interesses são um, defender intransigentemente os interesses do Paraná. E essa Comissão Parlamentar de Inquérito que nós iremos submeter à apreciação da Casa, terá participação, também, de elementos que integram a Bancada do MDB, a fim de que vão "in loco" verificar se realmente procedem as informações que estamos recebendo, a fim de repelir aqueles que estão intranquilizando a gente paranaense, a fim de que se restabeleça a autonomia de nosso Estado, a fim de que os paranaenses que lá lutam e que trabalham, possam de continuidade aos seus esforços, deixando a questão litigiosa a cargo de S. Exa. o Sr. Presidente da República, homem que tem a honra de dirigir todos os brasileiros, mas fazendo com que a Bancada Federal, os integrantes do Paraná, tanto da ARENA como do MDB, ajudem o Paraná nesta questão, fazendo com que o Governo Federal se manifeste logo, para trazer tranquilidade àquela gente. Não importa qual a decisão dessa Comissão designada por S. Exa. o Sr. Presidente da República, não importa suas conclusões, o que importa, em última análise, é que se defina de vez a linha divisória do Paraná e São Paulo e que se restabeleça a paz e a ordem naquele pedaço do Brasil, a fim de que nossos irmãos possam realmente trabalhar, e dar atendimento aos seus familiares.

Tenho aqui, Srs. Deputados, uma série de denúncias que me foram encaminhadas, mas que, dado o adiantado da hora, colocarei à disposição de cada um dos Senhores que desejem verificar e colocarei especialmente à disposição da Comissão que esta Assembleia há de designar para ir "in loco" verificar as irregularidades, as apreensões de todos aqueles que lá vivem e lá sofrem.

Agradeço a atenção que nos foi dispensada e, mais uma vez, agradeço todas as manifestações dos Srs. Deputados e reafirmamos a certeza de que com os Deputados da Arena e os Deputados do MDB juntos, com o mesmo objetivo, haveremos de continuar trabalhando pela ordem e pela tranquilidade da gente paranaense, haveremos de continuar trabalhando para o desenvolvimento cada vez maior, de nosso Estado a fim de que ele ocupe, realmente, aquela posição que todos queremos e desejamos que, se Deus quiser, com o esforço do povo paranaense, haveremos de alcançar, que é o de segundo Estado da Federação Brasileira. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 40 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior, constante do Expediente. — Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Borsari Neto, constante do Expediente. — Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do Expediente. — Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 108-72, de autoria do Dep. Jorge Sato, que autoriza o Poder Executivo através da Secretaria de Educação e Cultura, criar na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Estadual de Maringá, um Curso de Jornalismo. Pareceres favoráveis da C.C.J.,

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 35-73, de autoria do Dep. Antônio Lopes Júnior, que proíbe a aquisição de veículos da categoria "LUXO", para o Serviço Público Geral do Estado e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 101-73, de autoria do Dep. Quíels Crisóstomo da Silva, que enquadra automaticamente no nível inicial da carreira e cargo relativo ao diploma, independente de vagas ou concurso, o Funcionário Público Estadual que houver realizado com aproveitamento cursos que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 17-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 18-73, que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná — Secretaria de Segurança Pública, com os Municípios de Imbituva, São Jorge, Altonia, Adrianópolis, Rondon, Barracão, Indianópolis, Cianorte e Sertãozinho, objetivando fornecimento de equipamentos às Delegacias de Polícia locais. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 18-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 19-73, que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios de Marilena, Lobato, Cidade Gaucha, Alvorada do Sul e Marechal Cândido Rondon, objetivando fornecimento de equipamentos às Delegacias de Polícia locais, mediante dotações e verbas que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 264-68, de autoria do Dep. Jacinto Simões, que declara de Utilidade Pública, o Rotary Club da cidade de Rio Negro. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 195-71, de autoria do Dep. Wilson Fortes, que autoriza o Poder Executivo, criar na sede do Município de São Pedro do Paraná, uma Escola Normal de Grau Secundário, para funcionar no próximo ano letivo. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 24-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 76-73, aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios de Paraíso do Norte e Jussara, objetivando a implantação do Complexo de Radiocomunicação de Fonia e Telegrafia nos



referidos Municípios. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 31-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de Telêmaco Borba, objetivando a construção do prédio da Delegacia de Polícia da sede do referido Município. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 32-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 102-73, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e a Prefeitura Municipal de Xambê, com a finalidade de fornecer equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção dos mesmos. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 271-71, de autoria do Dep. Quielise Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo criar um Curso Ginásial no Distrito de Fernão Dias, Município de Munhoz de Melo. Parecer CONTRÁRIO da C.C.J. e Pareceres favoráveis da C.F. e C.I.P. — Aprovado.

#### PROJETO DE LEI N.º 271-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a criar um Curso Ginásial no distrito de Fernão Dias, município de Munhoz de Melo.

Art. 1.º — Fica autorizado o Poder Executivo a criar um Curso Ginásial no distrito de Fernão Dias, município de Munhoz de Melo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de novembro de 1971

Quielise Crisóstomo da Silva — Dep. Estadual

#### JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Fernão Dias, tem população escolar em número suficiente a justificar a criação de um Curso Ginásial para atendê-la. Por isso a apresentação do presente Plano de Lei que esperamos ver aprovado.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI N.º 271-71

AUTOR: Dep. Quielise Crisóstomo da Silva

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a criar um curso Ginásial no Distrito de Fernão Dias, Município de Munhoz de Melo.

#### PARECER

No Projeto em tela, que visa autorizar o Poder Executivo a criar um Curso Ginásial no Distrito de Fernão Dias, Município de Munhoz de Melo, muito embora a justificativa apresentada demonstre, com razões relevantes a necessidade e oportunidade de se criar um Curso Ginásial no referido Distrito, lamentavelmente, a referida proposição não resiste à vedação dos artigos 35 e 47, da Constituição Estadual, que dá ao senhor Governador do Estado a competência para tal iniciativa.

Poderíamos também invocar a Lei n.º 5692 de 11 de agosto de 1971, que fixou as Diretrizes e Bases para o ensino de 1.º e 2.º graus, que determina que a implantação do regime instituído pela referida Lei, seja feito progressivamente, segundo as peculiaridades e possibilidades do Plano Estadual de Implantação da Reforma de Ensino.

A vista do exposto, opinamos pela REJEIÇÃO do presente Projeto de Lei. É o parecer.

Sala das Comissões, em 3 de maio de 1972.

(Ass. ilegível) — Presidente

(Ass. ilegível) — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

##### PARECER

##### AO PROJETO DE LEI N.º 271-71

AUTOR: Dep. Quielise Crisóstomo da Silva

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo criar um Curso Ginásial no Distrito de Fernão Dias

1. — Através do presente plano de lei visa o nobre Deputado Quielise Crisóstomo da Silva a criar um curso ginásial no Distrito de Fernão Dias, Município de Munhoz de Melo.

2. — A medida proposta se nos afigura justa e oportuna, e, quanto ao aspecto financeiro, nada temos a opor.

3. — Nestas condições, opinamos pela sua aprovação.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, em 16 de maio de 1972

(Ass. ilegível) — Presidente

(Ass. ilegível) — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

#### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

##### PROJETO DE LEI N.º 271-71

##### PARECER

De autoria do nobre deputado Quielise Crisóstomo, pretende-se pelo Projeto de Lei em estudo, criar um Curso Ginásial no Distrito de Fernão Dias, município de Munhoz de Melo.

Face ao exposto, opinamos, favoravelmente à concessão da medida pleiteada.

Pela aprovação,

Sala das Comissões, em de 1973.

a) Dep. Antonio Lopes Júnior — Presidente e Relator

(Assinaturas ilegíveis)

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 37-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 110-73, que aprova Convênio firmado entre o Governo do Estado e o Município de Loanda, objetivando fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante dotações do FUNRESPOL e de verbas do orçamento do referido Município. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 37-73

Art 1.º — Fica aprovado o Convênio firmado entre o Governo do Estado e o Município de Loanda, objetivando o fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante dotações do FUNRESPOL e de verbas do orçamento do referido Município.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de maio de 1973

(Ass. ilegível) — Presidente

(Ass. ilegível) — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 37-73

##### A MENSAGEM GOVERNAMENTAL N.º 34-73 — PROPOSIÇÃO N.º 110-73

1 — A presente proposição constitui-se da Mensagem Governamental n.º 34-73, encaminhando a esta Casa, para os fins constitucionais, cópia autêntica do Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública, e o Município de Loanda, objetivando fornecimento de materiais para a Delegacia de Polícia daquela cidade, mediante dotações do FUNRESPOL e de verbas do orçamento do referido Município.

2 — Referido Convênio enquadra-se na competência deferida ao Chefe do Poder Executivo, nos termos do art. 47, inciso IX, da Constituição Estadual, e por força do que dispõe o art. 22, inciso VII, da mesma Constituição, cabe à Assembléia Legislativa referendar o Convênio aludido, o que ora fazemos, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 16 de maio de 1973.

(Ass. ilegível) — Presidente

(Ass. ilegível) — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

##### PARECER

##### AO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 37-73

1 — O presente projeto, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, constitui-se da Mensagem Governamental n.º 34-73, encaminhando a esta Casa, para os fins constitucionais, cópia autêntica do Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública, e o Município de Loanda, objetivando fornecimento de materiais para a Delegacia de Polícia daquela cidade, mediante dotações do FUNRESPOL e de verbas do orçamento do referido Município.

2 — Referido projeto já mereceu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

3 — Quanto ao aspecto financeiro que cabe examinarmos nesta oportunidade, não vemos qualquer impedimento que se lhe possa antepor, razão pela qual opinamos favorável à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em de maio de 1973.

(Ass. ilegível) — Presidente

Gilberto Carvalho — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

#### COMISSÃO DE POLÍCIA

##### PARECER

##### AO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 37-73

O Projeto de Resolução ora em exame por esta Comissão, de autoria da Douta Comissão de Constituição e Justiça, é oriunda da Mensagem Governamental n.º 34-73, e refere-se ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de Loanda, objetivando fornecimento de materiais para a Delegacia de Polícia daquele Município, mediante dotações do FUNRESPOL e de verbas do orçamento do referido Município.

As Dutas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças já opinaram pelo ACOELHIMENTO do Projeto.

Quanto ao mérito que a esta Comissão cabe examinar, não vemos qualquer impedimento que se lhe anteponha, razão pela qual opinamos pela APROVAÇÃO do Projeto de Resolução.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27 de junho de 1973

(Ass. ilegível) — Presidente

Dep. Antonio F. F. da Costa — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

#### MENSAGEM

34-73

Curitiba, 28 de março de 1973.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública com o Município de Loanda, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas do orçamento do referido Município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

JOÃO MANSUR

Presidente da Assembléia Legislativa no exercício do cargo de Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor

Deputado OSWALDO SANTOS LIMA

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado

N/ Capital

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Loanda, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e setenta e dois, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, pre-



sentes o Senhor General Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Ugo Roberto Accorsi, Prefeito Municipal de Loanda, tendo em vista o que preceitua o Artigo 117 da Constituição Estadual e o Artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-2-1948) e tendo em vista a autorização governamental datada de 21-7-1972, resolveram mediante às cláusulas do presente termo do convênio estipular o que adiante se segue:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA — Objetivo do Convênio:

— Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

— Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

#### CLÁUSULA SEGUNDA — Definições e Legislações:

— A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal o Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes.

#### CLÁUSULA TERCEIRA — Da Execução do Convênio:

— A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis à ação contínua policial, em quantidade e qualidade terminada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicações, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamentos.

— A Prefeitura Municipal de Loanda, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou

b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — o fornecimento do combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos competentes locais;

II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtos;

III — conservação e reposição de peças; consertos em geral; retífica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos os assessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — utensílios ou assessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídos substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

#### CLÁUSULA QUARTA — Da Contribuição e Delegação:

— As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

#### CLÁUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia:

— O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

#### CLÁUSULA SEXTA — Vigência:

— Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

#### CLÁUSULA SÉTIMA — Celeridade do Apoio:

— Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e acasionando prejuízo à coletividade do município ou à Justiça Pública. E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 24 de outubro de 1972.  
Mário Carneiro Portes  
Secretário de Segurança Pública  
Ugo Roberto Accorsi  
Prefeito Municipal de Loanda  
(Assinatura Ilegível)  
Testemunha  
(Assinatura Ilegível)  
Testemunha

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que se digne determinar, a cassação da medida que determinou o levantamento do tombamento do histórico prédio, sito à Rua Mateus Leme esquina rua Inácio Lustosa. — Em discussão.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — (Pela ordem). Sr. Presidente, requerio verificação de votação, porque houve sentido denegatório.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere, e irá proceder a verificação de votação.

4 Srs. Deputados votaram favorável.

16 Srs. Deputados votaram contrariamente ao Requerimento. Não há quorum para votação.

O SR. IVO TOMAZONI — (Pela Ordem). Sr. Presidente, peço que V. Exa. determine a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere. O Sr. 1.º Secretário procederá à chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida à chamada nominal)

O SR. PRESIDENTE — Responderam a chamada 27 Srs. Deputados. Há quorum para a votação.

Em votação do Requerimento do Sr. Deputado Maurício Fruet.

O SR. PAULO CAMARGO — Peço a palavra, Sr. Presidente, para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Camargo.

O SR. PAULO CAMARGO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nada mais justo do que o Requerimento do Nobre Deputado Maurício Fruet. Entretanto, o Requerimento no momento, é extemporâneo porque infelizmente aquela propriedade, por onde passei no dia de ontem à tarde, já está a meio de sua demolição.

Não nos resta mais nada a fazer do que lamentar o que ocorreu com aquele prédio, para que no futuro os Governos estaduais e municipais olhem com mais carinho para estas construções que marcam o desenvolvimento do Paraná.

Por esta razão declaro meu voto contrariamente ao Requerimento porque ele não tem mais razão de ser.

O SR. MAURÍCIO FRUET — (Pela ordem). Sr. Presidente, acreditamos que a votação deste Requerimento já foi efetuada pela Mesa. Se no instante em que esta votação se realizou não existia "quorum" suficiente, consequentemente este Requerimento na Sessão de hoje não poderia outra vez ser objeto de votação.

Em face de informação prestada pelo Deputado Paulo Camargo, só nos resta no momento solicitar a retirada do Requerimento, deixando aqui consignado nosso mais veemente protesto por uma razão muito simples: acabou de se cometer um crime nesta Casa, independentemente da posição adotada por Companheiros a quem muito respeitamos.

O SR. PAULO POLI — (Pela Ordem). Sr. Presidente, a Questão de Ordem levantada pelo eminente Líder do MDB é digna de respeito. No entanto, está aí o nosso Regimento Interno: desde que V. Exa. não anuncie a matéria seguinte em pauta, o Requerimento continua em votação.

Portanto, ainda está em votação o Requerimento.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — (Pela Ordem). Embora a argumentação do Nobre Deputado Paulo Poli tenha guarida em nosso Regimento Interno, trata-se de matéria vencida uma vez que o autor do Requerimento pediu a sua retirada. Mas, temos que aduzir ainda uma última consideração: somente após dois anos, é que o Diretor Histórico veio aos jornais lamentar o tombamento. Durante dois anos esse tombamento foi negligenciado.

Era a consideração que queria fazer.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência defere o Requerimento do Nobre Deputado Maurício Fruet pedindo a retirada de seu Requerimento, referente a cassação da medida que determinou o levantamento do tombamento do histórico prédio, sito à rua Mateus Leme esquina com Rua Inácio Lustosa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Borsari Neto, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, bem como ao Sr. Secretário dos Transportes, congratulando-se pela conclusão das obras da pavimentação asfáltica do trecho Londrina-Charles Nauffal. — Aprovado.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Jorge Sato e Maurício Fruet, solicitando voto de regozio à atuação do Doutor Aron Galperin, pelo seu desempenho a frente do Departamento Médico do Instituto de Previdência do Estado do Paraná. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Leopoldo Jacomel, constante do Expediente, solicitando votos de aplausos e congratulações ao Jornalista Carlos Danilo Côrtes, pela sua excelente atuação no cargo de Chefe de Gabinete da Secretaria do Trabalho e Assistência Social. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do Expediente, solicitando uma Comissão Parlamentar de Inquérito, composta de cinco membros, para averiguar denúncias dos moradores da área em litígio entre São Paulo e Paraná, pelo prazo de 60 (sessenta) dias. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do Expediente, solicitando voto de regozio pelo sucesso alcançado pela União Gakuseis de Curitiba, quando da realização da XVI Caravana Científico Cultural, na cidade de Bandeirantes. — Aprovado.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Gabriel Manoel e Antônio Lopes Júnior, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações aos Srs. Deputados Roberto Galvani, Luiz Losso e Mário Braga Ramos pela posse dos mesmos na Câmara Federal. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do Expediente, solicitando seja enviada sugestão ao Sr. Ministro das Minas e Energias, no sentido de que seja dado o nome de "Presidente Getúlio Vargas" à refinaria da Petrobrás que está sendo edificada no Município de Araucária. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Borsari Neto, constante do Expediente, solicitando dispensa de publicação da Redação Final aos Projetos de Lei n.ºs 107-73 e 113-73. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do Expediente, solicitando seja formada uma Comissão composta por dois (2)



Sr. Deputados para verificar as causas que têm provocado uma violenta onda de assaltos e até crimes na cidade de Londrina. — **Aprovado.** Atendendo solicitação citada no Requerimento acima, a Liderança da Arena indica o Sr. Deputado Lázaro Dumort e a Liderança do M.D.B. indica o Sr. Deputado Antônio Belinati.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Igo Losso, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Bientenez, ocorrido nesta Capital. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Arthur de Souza, lido da Tribuna, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Pimpão Ferreira. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Rachid Pacifico Fatuch. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Rosa Chamon Abujamra, ocorrido em Valparaíso, Estado de São Paulo. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Jornalista e Radialista Osni Silveira. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 17, sexta-feira, às 10,00 horas, com a

#### ORDEM DO DIA

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 216-69, 207-70, 154-71 226-71 122-72, 125-72, 200-72, 206-72, 210-72, 214-72, 42-73 e 109-73., e do Projeto de Resolução n.º 22-73.

Levanta-se a Sessão.

#### PORTARIAS:

##### PORTARIA N.º 195-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 6.482, de 5 de julho de 1.973, deste Poder,

#### RESOLVE:

designar o funcionário Elzir Lacerda, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da Liderança da "ARENA", junto ao Gabinete do Deputado João Calil Fadel.

Gabinete da Diretoria Geral, em 23 de julho de 1.973

a) EROS RUPPEL ABDALA  
Diretor Geral

##### PORTARIA N.º 196-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 6.815, de 19 de julho de 1.973, deste Poder,

#### RESOLVE:

designar o funcionário Szczepan Ilnicki, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Serviço de Oficina e Manutenção.

Gabinete da Diretoria Geral, em 31 de julho de 1.973

a) EROS RUPPEL ABDALA  
Diretor Geral

##### PORTARIA N.º 197-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 7.044, de 26 de julho de 1.973, deste Poder,

#### RESOLVE:

conceder a Glaci Belich Stocchero, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1973, a partir de 1.º de agosto de 1973.

Gabinete da Diretoria Geral, em 31 de julho de 1.973

a) EROS RUPPEL ABDALA  
Diretor Geral

##### PORTARIA N.º 198-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 6.829 de 19 de julho de 1973, deste Poder,

#### RESOLVE:

designar o funcionário Antonio Luiz Quirino Machado, ora a disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da 2.ª Secretaria.

Gabinete da Diretoria Geral, em 31 de julho de 1973.

a) EROS RUPPEL ABDALA — Diretor Geral

##### PORTARIA N.º 199-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 6.814, de 19 de julho de 1973, deste Poder,

#### RESOLVE:

designar Conrado Schneider ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da 1.ª Secretaria.

Gabinete da Diretoria Geral, em 31 de julho de 1973

a) EROS RUPPEL ABDALA — Diretor Geral

##### PORTARIA N.º 200-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 7.122, de 31 de julho de 1973, deste Poder,

#### RESOLVE:

conceder a Andreina Correia Alves funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1971, a partir de 1.º de agosto de 1973.

Gabinete da Diretoria Geral, em 2 de agosto de 1973.

a) EROS RUPPEL ABDALA — Diretor Geral

#### PORTARIA N.º 201-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 7.302, de 03 de agosto de 1973, deste Poder,

#### RESOLVE:

conceder a Angelina Garcia Pacheco funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias referentes ao exercício de 1973, a partir de 06 de agosto de 1973.

Gabinete da Diretoria Geral, em 7 de agosto de 1973.

a) EROS RUPPEL ABDALA — Diretor Geral

#### ATAS DAS COMISSÕES:

##### Comissão de Redação

##### 2.ª Legislatura 3.ª Sessão Legislativa

##### Ata da 16.ª Reunião Ordinária

Aos quatorze dias do mês de agosto do ano de hum mil novecentos e setenta e três, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Gilberto Carvalho, havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando o deputado Basílio Zanusso, apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI N.º 216-69 — de autoria do deputado Ernesto Moro que declara de Utilidade Pública o Hospital e Maternidade de São José dos Pinhais, com sede e foro na cidade do mesmo nome. PROJETO DE LEI N.º 207-70 — de autoria do deputado Erondy Silvério que transforma em Colégio Estadual Professor João Mazzarotto, o atual Ginásio Estadual Professor João Mazzarotto de Santa Felicidade, nesta capital. PROJETO DE LEI N.º 154-71 — de autoria do deputado Armando Queiroz de Moraes, que autoriza o Poder Executivo, transferir ao Sistema Estadual de Ensino o atual Colégio Comercial Municipal Artur Thomaz, do município de Terra Boa e dá outras providências. PROJETO DE LEI N.º 122-72 — de autoria do deputado Wilson Fortes, que autoriza o Poder Executivo conceder pensão mensal de Cr\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros), a Aracy de Lara Machado viúva de ex-funcionário público estadual. PROJETO DE LEI N.º 125-72 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 33-72, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva doar a Companhia de Telecomunicações do Paraná — TELEPAR — o imóvel que especifica, situado em Caiobá, município de Matinhos. PROJETO DE LEI N.º 200-72 — de autoria do deputado Francisco Escorsin, que retifica o artigo 1.º da Lei n.º 6.115, ficando declarada de Utilidade Pública a Sociedade Instrutiva de São Basílio o Grande, com sede na cidade de Prudentópolis. PROJETO DE LEI N.º 206-72 — de autoria do deputado Wilson Fortes que declara de Utilidade Pública, a sociedade Júlio Chevalier, também denominada Fundação Júlio Chevalier, com sede nesta capital. PROJETO DE LEI N.º 210-72 — de autoria do deputado Cândido Martins de Oliveira que declara de Utilidade Pública, a Sociedade Civil Bem Estar Familiar no Brasil — BENFAM — com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara. PROJETO DE LEI N.º 214-72 — de autoria do deputado Alvaro Dias, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Esportiva Higienópolis, com sede e foro na cidade de Londrina. PROJETO DE LEI N.º 109-73 — de autoria do deputado Antonio Franco Ferreira da Costa Filho, que autoriza o Poder Executivo, doar no município de Guaraniçu, 6 (seis) tratores na forma que especifica. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 22-73 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Ex-proposição n.º 205-72 que aprova acordo n.º 7-72, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a superintendência do desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL — objetivando diagnóstico institucional dos órgãos de saúde do Estado, conforme protocolado n.º 31447-72 da SUDESUL. APROVADOS Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Lélcio Guimarães Sotomaior Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente  
LÉLIO G. SOTTO-MAIOR — Secretário

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 216-69

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º. Fica declarado de utilidade pública o Hospital e Maternidade de São José dos Pinhais, com sede e foro na cidade do mesmo nome.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14-8-73

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente  
BASILIO ZANUSSO  
ALVARO DIAS  
Relatores

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 207-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a transformar em Colégio Estadual Professor João Mazzarotto o atual Ginásio Estadual Professor João Mazzarotto de Santa Felicidade, nesta Capital.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14-8-73

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente  
BASILIO ZANUSSO  
ALVARO DIAS  
Relatores

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 154-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná,

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir ao Sistema Estadual de Ensino, o atual Colégio Comercial Municipal Artur Thomaz, da sede do Município de Terra Boa, o qual passa a denominar-se Escola Técnica de Comércio Artur Thomaz.

Art. 2.º. — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14-8-73

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente  
BASILIO ZANUSSO  
ALVARO DIAS  
Relatores



REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 122-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder a Aracy de Lara Machado, viúva de Luiz Teixeira Machado, ex-funcionário público estadual, uma pensão mensal de Cr\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros).

Art. 2.º As despesas decorrentes com a execução da presente lei, correrão à conta de verba própria do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14-8-73

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente  
BASILIO ZANUSSO  
ALVARO DIAS  
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 125-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a doar a Companhia de Telecomunicações do Paraná — TELEPAR, um lote de terreno medindo 20,00 (vinte) metros de frente por 35,00 (trinta e cinco) metros de fundos, situado no Município de Matinhos, localidade de Caiobá, havido pelo Estado do Paraná, conforme transcrição n. 2.681, fls. 219, do livro 3-D, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Paranaguá, deste Estado.

Art. 2.º O imóvel objeto da doação de que trata a presente lei, deverá ser utilizado pela Companhia de Telecomunicações do Paraná — TELEPAR, na construção de prédio destinado a instalação da Central Telefonica de Matinhos.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14-8-73

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente  
BASILIO ZANUSSO  
ALVARO DIAS  
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 200-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Retifica o artigo 1.º da Lei n. 6.115, ficando declarada de Utilidade Pública a "Sociedade Instrutiva de São Basílio o Grande", com sede na cidade de Prudentópolis.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14-8-73

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente  
BASILIO ZANUSSO  
ALVARO DIAS  
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 206-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a Sociedade Júlio Chevalier, também denominada Fundação Júlio Chevalier, com sede nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14-8-73

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente  
BASILIO ZANUSSO  
ALVARO DIAS  
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 210-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º Fica declarada de utilidade pública a "Sociedade Civil Bem-Estar Familiar no Brasil — BEMFAM, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara — Brasil.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14-8-73

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente  
BASILIO ZANUSSO  
ALVARO DIAS  
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 214-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º Fica declarada de utilidade pública a Sociedade Esportiva Higienópolis, com sede e foro na cidade de Londrina, neste Estado.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14-8-73

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente  
BASILIO ZANUSSO  
ALVARO DIAS  
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 109-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Guaraniáçu, 1 trator da marca John Deere 730 S n.º 7325907, 1 trator da marca John Deere 730 S n.º 7325903, 1 trator da marca John Deere 730 S n.º 7325966, 1 trator da marca Internacional TD 6 n.º 1269, 1 trator da marca Internacional TD 6 n.º 1325 e 1 trator da marca Internacional TD 6 n.º 1068, todos pertencentes a dotação da Secretaria da Agricultura.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14-8-73

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente  
BASILIO ZANUSSO  
ALVARO DIAS  
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 22-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º Fica aprovado o Acordo n.º 07-72, celebrado em 6 de outubro de 1972, entre o Governo do Estado do Paraná e a Superintendencia do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL — objetivando a realização do Diagnóstico Institucional dos órgãos de Saúde do Estado, de acordo com o Plano de Aplicação e especificações constantes do processo protocolado na SUDESUL sob n.º 3447-72.

Art. 2.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14-8-73

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente  
BASILIO ZANUSSO  
ALVARO DIAS  
Relatores